Os Sousa Lobato: Uma família de Cortesãos na viragem para o século XIX

MARGARIDA MARIA LOBATO DE AZEVEDO COSTA *

RESUMO

No presente artigo pretende-se apresentar a evolução social e influência política da família Sousa Lobato, a partir do último quartel do século XVIII até meados do século XIX, relatando a sua vivência no seio do poder monárquico como nobreza da Corte.

O ponto de partida para esta proposta de estudo é o arquivo familiar dos Sousa Lobato recentemente descoberto num imóvel da cidade de Braga. O arquivo é composto por centenas de documentos produzidos e acumulados por esta família, do último quartel do século XVIII até ao início do século XX e compõe-se, no essencial, por documentos oficiais de mercês régias – alvarás, cartas, portarias e decretos – referentes a nomeações para cargos palatinos, a atribuições de qualificações honoríficas nas Ordens Religiosas e Militares, a concessões de direitos (senhorios, terrenos agrícolas) e ao exercício de funções nas instituições oficiais do Reino – alfândegas, ouvidorias de Comarcas – e ainda processos documentais relativos às propriedades concedidas e alguma correspondência epistolar.

Evoluir-se-á na árvore genealógica apresentando as distinções e privilégios concedidos aos principais elementos da família – três dos seus membros ascenderam a titulares – e desvendando como se posicionaram na sociedade do Antigo Regime, no advento do Liberalismo e no conflito entre Liberais e Absolutistas.

PALAVRAS-CHAVE: História da Nobreza; História da Família; História Social; Arquivos Familiares; Arquivo da Família Sousa Lobato.

* Licenciada em Economia pelo ISEG-Universidade Técnica de Lisboa, mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Aposentada do sector bancário.

The Sousa Lobato: A courtiers family at the turn of the 19th century

MARGARIDA MARIA LOBATO DE AZEVEDO COSTA *

ABSTRACT

This article intends to present the social evolution and political influence of the Sousa Lobato family, from the last quarter of the 18th century to the middle of the 19th century, reporting on their experience within the monarchical power as nobility of the Court.

This study proposal is due to the Sousa Lobato family archive recently discovered in a property of Braga city.. The archive is made up of hundreds of documents produced and accumulated by this family, from the last quarter of the 18th century until the beginning of the 20th century and is essentially composed of official documents of royal mercy – royal license, letters, ordinances and decrees – referring to nomination to palatine posts, the assignment of honorary qualifications in Militar and Religious Orders, the granting of rights (landlords, agricultural land) and the exercise of functions in the official institutions of the kingdom – customs, ombudsman of Comarcas – and also documentary processes related to properties granted and some epistolary correspondence.

We will describe the family tree presenting the distinctions and privileges granted to the main members of the family – three of its members rose to the title – and disclosing how they positioned in the society of the Ancient Regime, in the advent of Liberalism and in conflict between Liberals and Absolutists.

KEYWORDS: *Nobility History; Family History; Social History, Family Archives; Sousa Lobato Family Archive.*

* Economics Degree by ISEG - Lisbon School of Economics and Management, Master in Modern History by Nova FCSH Lisbon. Retired from banking sector.

INTRODUÇÃO

Conhecer este agregado familiar da nobreza reconstituindo a sua história social e institucional, no contexto das elites cortesãs portuguesas do final do Antigo Regime, é a nossa proposta, deste modo, será elaborada a sua prosopografia sintética a partir da biografia dos seus elementos – o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e seus quatro filhos, Matias António de Sousa Lobato, 1º visconde de Magé, Joaquim José de Sousa Lobato, 2º visconde de Magé, e seus descendentes, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, visconde de Vila Nova da Rainha e Bernardo José de Sousa Lobato. Reconstituir-se-á o posicionamento inicial, a progressão social, as estratégias de valorização e reprodução, os cargos desempenhados, as distinções de que usufruíram, a partir do reinado de D. Maria I e da regência/reinado de D. João VI até à Revolução Liberal. Procuraremos dissecar o processo de construção de uma posição particular no espaço da Corte, ou seja, um tipo especial de favoritismo; nas palavras de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa: "Nunca teve, (D. João) porém, um primeiro-ministro, como o Marquês de Pombal fora primeiro-ministro de seu avô, nem teve um ministro que verdadeiramente fosse seu valido. Validos teve-os entre os empregados que o assistiam pessoalmente ou os oficiais da sua câmara, como o secretário particular José Egídio, ou os irmãos Lobato, que segundo se dizia, chegaram a ser mais influentes que muitos ministros."[1].

Por último é importante referir que esta família cortesã, nunca mereceu uma investigação individualizada, embora seja profusamente referida na historiografia sobre a época, mas de um modo breve e por vezes caricatural, como é característico de muitas das narrativas sobre a Corte desse tempo. São, pois, figuras que identificamos como sendo merecedoras, por si só, de um estudo que nos permitirá revelar os processos de construção de uma posição especial no espaço da Corte e aprofundar, também, o conhecimento das elites de que fizeram parte numa época tão conturbada da nossa história.

---

1 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 13.

1. A Família Sousa Lobato – apresentação prosopográfica

Iremos fazer a apresentação da genealogia a partir do elemento charneira desta família, que marca o percurso de ascensão social deste grupo familiar na sociedade de então: José Joaquim de Sousa Lobato (n. 12 de abril de 1736 – m. 23 de outubro de 1809 – Rio de Janeiro[2]) era neto paterno de Matias de Sousa Lobato[3], nascido em Almada em 1670, professor de Ler e Escrever na Vila de Tomar e Escrivão das Sisas da Vila de Tancos[4], e filho de Luís António de Araújo Banha (n. 7 de julho de 1696 – Lisboa, freguesia do Socorro, m. 1776)[5] (fig. 1), moço da Câmara de D. João V, guarda-roupa de D. José I e do Infante e futuro D. Pedro III[6] e escrivão dos Armazéns e Conselho do Ultramar[7], casado com Maria Luísa Antónia Raimunda do Espirito Santo em 15 de janeiro de 1727[8,] na freguesia de Santa Justa em Lisboa, com quem teve mais dois filhos, Matias António e Ana Joaquina de Sousa Lobato.

---

2 ASL - Documento manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de óbito – Livros de Óbitos da Real Capela, folha 2 – Rio de Janeiro, passada por requerimento do seu filho.

3 Refira-se a título de curiosidade, que fez parte da comitiva, na qualidade de estribeiro, do embaixador, Fernando Teles da Silva, 2º marquês de Alegrete e 3° conde de Vilar Maior, que escoltou, em 1708, a vinda para Portugal da futura Rainha D. Mariana de Áustria.

4 ANTT - RGM de D. João V.

5 ASL - idem. Cópia da certidão de batismo de José Joaquim de Sousa Lobato.

6 ASL - idem. Cópia da Certidão de Batismo de Matias António Sousa Lobato (filho de José Joaquim de Sousa Lobato), Livro 7, folha 32, dos Batismos da freguesia de Santa Isabel de Lisboa, 19 de fevereiro de 1769.

7 ANTT - Habilitação para a Ordem de Cristo de José Joaquim Sousa Lobato – 1788 - PT-TT-MCO-A-C-002-009-0060-00019_m0004_derivada.

8 ASL - idem. Cópia da Certidão de Casamento Livro 7, folha 32, dos Casamentos de 1727, da freguesia de Santa Justa de Lisboa, folha 236.



Fig. 1 – Descendentes de Luís António de Araújo Banha

1.1. José Joaquim de Sousa Lobato, o patriarca e descendentes

José Joaquim foi guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777)[9], comendador da Ordem de Cristo (1788)[10] e da Torre e Espada, fidalgo da Casa Real, proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793)[11], escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760)[12]. Casou, em 26 de outubro de 1759, com Maria Joana de Hering, de origem austríaca, que foi açafata da rainha Maria Ana de Áustria. Filha de Bernardo José de Oliveira Costa Pereira e de Joana Mariana Cristina de Hering[13], natural de Viena de Áustria. Tive-

9 ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003.
10 ANTT - Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç.. 60, n.º 19, PT/TT/MCO/A-C/002-009/0060/00019.
11 ASL - Anexos - Cotas: JOSJLOBATOP1D005 e JOSJLOBATOP1D006.
12 ASL - idem - Cota: JOSJLOBATOP1D001.
13 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

ram cinco filhos, quatro rapazes e uma rapariga, todos com cargos na Corte (fig. 2). A filha, Maria Joana Aniceta Francisca de Hering, foi também açafata da Rainha D. Maria I.

Quando do seu falecimento (m. 23 de outubro de 1809 – Rio de Janeiro) foi-lhe dedicada uma Oração Fúnebre da autoria de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio[14]

1.1.1. Matias António de Sousa Lobato – 1º visconde de Magé

Matias António de Sousa Lobato, o primogénito, (n. 31 de janeiro de 1769 - m. 28 de maio de 1826) sucedeu a seu pai nos vários cargos que ele exerceu e foi guarda-roupa de D. João VI. Casou duas vezes com as irmãs Berquó, que foram ambas açafatas de D. Maria I. O primeiro matrimónio ocorreu em 1811, com Maria Inácia Gama Freitas Berquó (n. 26 de julho de 1790 – m. 02 de fevereiro de 1814), cerca de 3 anos após o falecimento desta, desposou, em 22 de janeiro de 1817, Maria Carlota Gama Freitas Berquó (n. 11 de março de 1789 – m. 25 de janeiro de 1818). Eram filhas José Maria Maurício da Gama e Freitas (n. 1730 – m. 1805) e de Josefa Joaquina Berquó da Silveira Velasco, açafata da princesa viúva Dona Maria Benedita e irmãs de João Maria da Gama Freitas Berquó, marquês de Cantagalo que foi pelo seu casamento, 4º marquês de Viana (n. 17 de novembro de 1794 – m. 25 de março de 1852)[15]. Matias António fez parte da comitiva que acompanhou a família real na sua retirada para o Brasil, em 1807, onde recebeu o título de barão de Magé, em 21 de maio 1810, e depois de visconde de Magé, em ambos os casos em sua vida, e ainda o senhorio das Terras da vila de Magé[16], em 17 de Dezembro 1811. Em 10 de janeiro 1812 obteve a renovação deste

---

[14] Internet archive: *https://archive.org/details/oraofunebred00samp*, *https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Santa_Teresa_Jesus_Sampaio* (visto em março de 2020): "Frei Sampaio foi Pregador da Capela Imperial e Examinador da Mesa de Consciência e Ordens em 1808, onde iniciou seu envolvimento na vida política. Nos anos seguintes exerceu diversas funções e cargos que o levaram para um caminho de inserção nos assuntos da Corte Portuguesa no Brasil."

[15] O título nobiliárquico de marquês de Cantagalo foi criado por D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, em 12 de outubro de 1826. Entre outras atribuições, João Maria Berquó foi Camareiro e ajudante de campo do Imperador D. Pedro.

[16] Vila fundada em 9 de junho de 1565, com o nome de Magepemirim, abreviada depois para Magé. Em 1857 foi elevada a cidade. É a segunda cidade mais antiga do Estado do Rio de Janeiro logo a seguir à cidade do Rio de Janeiro. Durante a monarquia foi criado o baronato de Magé, em 1810, e foi elevado a viscondado em 1811.Cf: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Mag%C3%A9* (visto em março de 2020).

título. Foi ainda comendador, escrivão da Câmara do Rei, e senhor donatário de São João de Rei[17], em 1807, senhorio localizado numa freguesia do atual concelho da Póvoa de Lanhoso. Não deixou descendentes, sendo os seus títulos renovados no irmão Joaquim José[18].

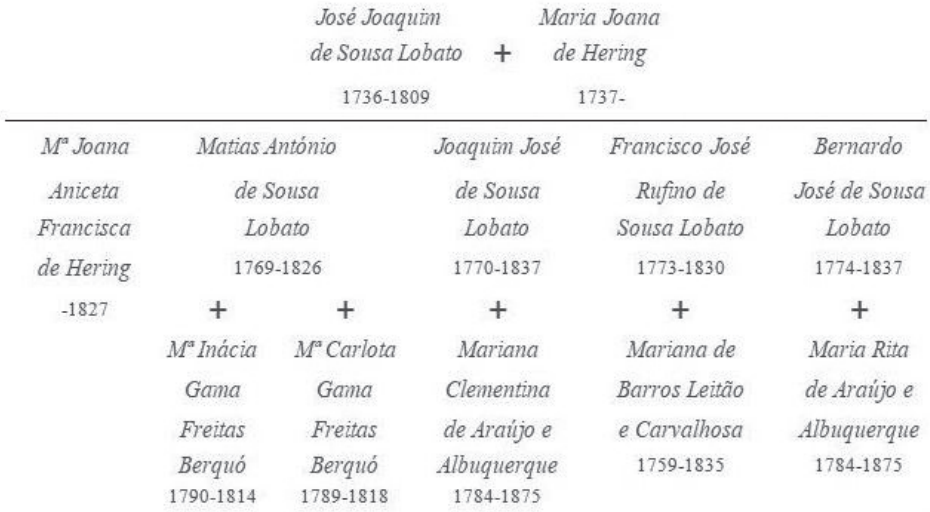


Fig. 2 – Descendentes de José Joaquim de Sousa Lobato

[17] São João de Rei é uma freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso. Foi um rentável senhorio, na posse dos Azevedo desde os tempos de D. João I, tendo regressado à coroa, por inexistência de sucessão legítima. Em 1807, passou para as mãos de Matias António de Sousa Lobato, por mercê real. Existe uma publicação Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso de 1994, 2ª Ed., da autoria de António Celestino com o título *Antigamente era San Johan de Rey,* que nos descreve, conforme o resumo apresentado no sítio da referida Câmara: "S. João de Rei é uma velhíssima aldeia do Concelho da Póvoa de Lanhoso cujas tradições e história remontam a antes da fundação da nacionalidade. Está situada na formosa Ribeira do Cávado e tem como orago S. João Baptista, cujo dia se festeja no mesmo dia em que provavelmente se celebrava o nascimento de qualquer dos nossos Reis mais remotos e donde, talvez, lhe venha o "rei" que ostenta no nome".

[18] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

		Joaquim José de Sousa Lobato 1770-1837 + *Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque* 1784-1875			
Carlota Isabel de Sousa Lobato 1804- + *João Antônio Teixeira de Carvalho* 1804-	*Maria Lina de Sousa Lobato* 1806- + *António Xavier Osório Pereira Negrão*	*Augusta Eduarda de Sousa Lobato* 1809-1891 + *João Pereira Lobo Soares de Azevedo*	*Maria da Conceição de Sousa Lobato* 1811-	*José António de Sousa Lobato* 1812- + *Rufina Carlota Pereira* 1822-	*Pedro de Alcântara de Sousa Lobato* 1814-1910 + *Augusta Guilhermina Feo Guião* 1815-

Fig. 3 – Descendentes de Joaquim José de Sousa Lobato

1.1.2. Joaquim José de Sousa Lobato – 2º visconde de Magé

Joaquim José, segundo filho do casal, (n. 20 de outubro de 1770 – m. 16 de abril de 1837), obteve a renovação do título de visconde de Magé e do senhorio de São João de Rei, por sucessão ao seu irmão, 1º visconde de Magé, no período de regência da Infanta D. Isabel Maria[19]. Guarda-roupa e conselheiro de D. João VI, comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada, Alcaide-Mor de Castelo de Vide, escrivão da Fazenda do Tribunal do Rio de Janeiro, proprietário dos ofícios de escrivão da Mesa Grande e das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa[20]. D. João VI designou-o porteiro da Real Câmara em substituição do seu irmão, Francisco José Rufino, conforme descrito no aviso: "(…) para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão visconde de Vila Nova da Rainha, no ofício de porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício (…)"[21]. Desempenhou o cargo na câmara da Infanta regente D. Isabel que lhe foi confirmado por carta régia de D. Miguel de 2 de março de 1831[22], na sequência do falecimento do supramencionado irmão, a 5 de maio de 1830.

---

19 ASL - Anexos - Cotas: JOAJLOBATOP2D043 e JOAJLOBATOP2D047.

20 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP1D021.

21 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP2D059. Aviso de 3 de março de 1826 Ordenado por D. João VI e expedido pelo Mordomo-mor.

22 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP2D049.

Casou com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, filha de António José de Araújo Sousa, desembargador da casa da suplicação e juiz da Chancelaria Régia, e de Ana José de Araújo e Albuquerque, com quem teve seis filhos, quatro raparigas e dois rapazes (fig. 3):

– Quanto às senhoras: Maria da Conceição faleceu muito nova sem descendência; Carlota Isabel (n. 4 de julho de 1804) foi açafata de D. Carlota Joaquina, casou João António Teixeira de Carvalho e tiveram um filho João Teixeira de Carvalho (n. 14 de abril de 1827); as outras duas filhas do casal, Maria Lina (n – 23 de setembro de 1806 – Rio de Janeiro) e Augusta Eduarda (n. 29 de novembro – Rio de Janeiro – m.11 de maio de 1891 – Braga), casaram com nobres de província. Maria Lina desposou António Xavier Osório Pereira Negrão, senhor da Casa de Mosteiró, em Baião, desembargador da Relação no Porto, agraciado em 1825 com o foro de Moço Fidalgo, progenitores de oito filhos (fig. 5) e Augusta Eduarda que casou com João Pereira Lobo Soares de Azevedo, capitão de milícias de Guimarães e senhor da Casa da Caldeiroa[23], do seu casamento nasceram cinco filhos (fig. 4).

– No respeitante aos filhos homens, José António, filho primogénito, (n. 22 de dezembro de 1812 – Rio de Janeiro) desposou, em 24 de julho de 1852, Carlota Rufina Pereira, natural de Angra do Heroísmo. Desta união nasceu uma filha, Elvira Amélia de Sousa Lobato (n. 1853 – m. 1922). Foi Moço-fidalgo, recebeu por renúncia do seu progenitor, os ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818 e no dia da sua coroação, em 27 de fevereiro de 1818, obteve a faculdade para usar livremente a insígnia da comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho[24].

O outro filho, Pedro de Alcântara (n. em 28 de abril de 1814 – Rio de Janeiro e m. 31 de janeiro de 1910 – Mesão Frio) foi Moço-fidalgo, por alvará de 12 de janeiro de 1824[25], casou-se, em 15 de fevereiro de 1854, com Augusta Guilhermina Feio Guião e não possuíram descendência. Os dois irmãos frequentaram o Colégio dos

---

[23] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.
[24] ASL - Anexos - Cota: JOSELOBATOP1D001 e JOAJLOBATOP1D022.
[25] AFFONSO; VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, 1933, p. 183.

Nobres aonde ingressaram em 4 de outubro de 1824[26]. Ambos tiveram uma carreira militar e defenderam a causa absolutista, militando nos exércitos de D. Miguel.



Fig. 4 – Descendentes de Augusta Eduarda de Sousa Lobato

[26] GALVÃO-TELLES, Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766--1837), 2006, pp. 85 e 96-97.



Fig. 5 – Descendentes de Maria Lina de Sousa Lobato

1.1.3. Francisco José Rufino de Sousa Lobato – 1º visconde de Vila Nova da Rainha

O terceiro filho, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, (n. 30 de julho de 1773 – m. 5 de maio de 1830), foi barão (1809) e 1º visconde de vila nova da rainha, em 21 de maio de 1810, tendo recebido uma terceira vida no título, por despacho pela aclamação de D. João VI. Conselheiro e guarda-roupa do Rei, porteiro e apontador dos foros dos reposteiros da Real Câmara, tesoureiro do real bolsinho, guarda-joias e tapeçarias, secretário administrador da Casa e Estado do Infantado,

superintendente do Palácio e Convento de Mafra e escrivão da Mesa de Consciência e Ordens no Brasil e como visconde de Vila Nova da Rainha foi 1º deputado da mesma mesa[27]. Foi também comendador da Ordem de Cristo e Torre e Espada, secretário das Três Ordens Militares e brigadeiro do Exército do Rei[28], tendo alcançado a patente de tenente-general efetivo, a 24 de abril de 1821[29].

Casou com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 9 de dezembro de 1759 – m. 7 de fevereiro de 1835), em 5 de fevereiro de 1800, açafata de D. Carlota Joaquina. Era filha de Manuel Francisco de Barros e Mesquita (n. 18 de outubro de 1729 – m. 15 de março de 1806) e de Maria Bárbara Teresa de Sousa e Carvalhosa (m. 1787)[30] e irmã, de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, 1º visconde de Santarém (n. 18 de abril de 1757 – m. 12 de janeiro de 1818). Do casamento não teve descendência[31 e 32]. Fora do casamento teve, ainda, Ana José de Sousa Lobato (n. 1820 – m. 11 de março de 1881) legitimada por carta da Infanta regente D. Isabel

---

27 NEVES, 1999, pp. 86 e 89.

28 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

29 Tenente-general efetivo, a 24-4-1821 "sem entrar em combate" in MONTEIRO, Tobias, *História do Império*, p. 90. "Porém, é dito que "Sendo Tenente agregado ao Regimento de Alcântara, foi, por decreto de 24 de Junho de 1799, colocado na 12ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Meckelmburgo. Por decreto de 6 de Setembro de 1804, ainda com a patente de Tenente, é promovido ao posto de Coronel de Milícias, ficando agregado a um dos regimentos de Milícias de Lisboa, COSTA, 2005, II Volume, II Tomo, p. 54.

30 Para além de Mariana Leocádia e João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (pai do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), o casal foi progenitor de mais dois filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 - m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e de Diogo José de Barros Leitão e Carvalhosa (m. 1788).

31 Quando casou D. Mariana Leocádia tinha cerca de 41 anos, razão pela qual, provavelmente, não terá sido progenitora.

32 Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco Jos%C3%A9 Rufino de Sousa Lobato* (visto em junho de 2020) está referido um descendente, do seu casamento, de nome Evaristo José de Sousa Lobato, que terá falecido solteiro e sem descendência. Um documento de 1832 existente no ANTT refere que um indivíduo chamado Evaristo José de Sousa Lobato, nasceu no Rio de Janeiro e era filho de pais incógnitos, o que nos faz suspeitar que se trataria da mesma pessoa referida na Wikipédia. Francisco José Rufino de Sousa Lobato não o terá sido perfilhado: Cód Ref PT/TT/MR/EXP/051/0079/0000: "*Requerimento de Evaristo José de Sousa Lobato, solicitando dispensa de apresentar Certidão de Baptismo para ser admitido a Exame de segundo ano da Aula de Comércio*".

33 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia - do registo na Chancelaria mor do Reino, no livro de Legitimações, folha 5, Lisboa, 14 de outubro de 1826. Em 1839, Ana José reclamou ser herdeira universal de seu pai, para efeitos de herança do montepio militar paterno (AHM Caixa 68 1278/18). Refira-se, ainda que os viscondes de Vila Nova da Rainha fizeram conjuntamente um testamento, que designava como herdeiro universal o seu sobrinho, futuro 2º visconde de Santarém.

Maria[33], tendo falecido solteira no Convento da Encarnação de Lisboa[34], e ainda Francisco Gomes da Silva (n. – 22 de setembro de1791 – m. 30 de dezembro de 1852), seu putativo filho, conhecido pela alcunha de "Chalaça", um dos amigos favoritos do príncipe D. Pedro, nunca legitimado[35].

1.1.4. Bernardo José de Sousa Lobato – o mais novo

Bernardo José, o filho mais novo (n. 14 de agosto de 1784 – m. 5 de fevereiro de 1837) exerceu os cargos de guarda-roupa de D. João VI, escrivão da Real Câmara e expediente da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil; recebeu ainda as mercês de comendador da Ordem de Cristo, da Torre e Espada e da Conceição. Desposou Maria Rita de Araújo e Albuquerque – irmã de Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, esposa de seu irmão Joaquim José, 2º visconde de Magé – em 6 de fevereiro de 1807, tendo dois filhos: José Joaquim de Sousa Lobato Jr. (m. 7 de fevereiro de 1844 – Luanda) e Maria Rita de Sousa Lobato, ambos sem descendentes.

2. A família Sousa Lobato na Corte na viragem para o séc. XIX – a retirada para o Brasil

2.1. O clã dos Lobatos

Esta família de cortesãos, que servia no Paço Real, desde finais do século XVII[36], em funções no domínio da esfera privada da família real, foi contemporânea de uma realidade política e diplomática assaz delicada e complexa: a Revolução Francesa, a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte, as consequentes invasões Napoleónicas e a retirada da Corte Portuguesa para o Brasil. Neste último contexto este clã acompanhou a família real e, aí chegados, mantiveram e ampliaram as suas funções, recompensados pela sua lealdade e serviços prestados.

Oliveira Lima comenta, a propósito da comitiva de cortesãos que viajara de Lisboa, não deixando de destacar os protegidos do regente, entre eles os irmãos Lobato: "Só no artigo fidalgos, não eram poucos os que de Lisboa tinham saído para irem formar no Rio de Janeiro a

---

[34] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

[35] Resultante de uma ligação com Maria da Conceição Alves de 19 anos, sua criada de quarto. Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wikiFrancisco_Gomes_da_Silva_(Chala%C3%A7a) (visto em junho de 2020).*

[36] Tanto quanto nos foi possível, até agora, retroceder na construção da genealogia da família.

Corte do Príncipe foragido. Um Duque, o de Cadaval, falecido na Bahia, onde adoeceu na passagem da esquadra; sete marqueses, os de Angeja, Belas, Lavradio, Pombal, Torres Novas e Vagos (...). Afora os planetas, um milhar de satélites, monsenhores, desembargadores, médicos, açafatas, reposteiros, outros empregados da real casa, sem falar na tribo dos Lobatos, do serviço particular e da maior privança de Dom João, de quem constituíam a camarilha, juntamente com o padre João, seu afilhado, e seu secretário, o esperto brasileiro José Egydeo."[37] Não se sabe ao certo qual o número de pessoas que foram com D. João, mas quanto ao número de criados que assistiam ao regente, uma estatística credível aponta para cerca de duzentos elementos[38].

No Rio de Janeiro, novo centro de decisões do Reino e residência da Corte, iniciou-se, desde logo, um programa de instalação, de criação e organização de instituições administrativas e burocráticas, que reproduziam, no essencial, as já existentes na metrópole, o que, na maior parte dos casos, se traduziu numa duplicação dos órgãos governativos do Reino (Lisboa e Rio de Janeiro).

Logo em dezembro de 1808, aquando das comemorações do aniversário da rainha D. Maria I, D. João inaugura uma nova fase de atribuição de títulos, concedendo o título de conde a D. Fernando José de Portugal, conde de Aguiar, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, a D. João Rodrigues de Sá e Melo, conde da Anadia, e a D. João de Almeida de Melo e Castro (renovação do título de seu pai), 5º conde de Galveias, todos com assentamento no Conselho da Fazenda[39]. Os títulos, honras e comendas e outros privilégios foram atribuídos maioritariamente a portugueses, principalmente aos que acompanharam a família real e aos que se notabilizaram nas Guerras Peninsulares. Entre 1810 e 1821, D. João agraciou 120 pessoas, com títulos nobiliárquicos combinados com comendas – Ordens de Cristo, da Torre e Espada e de Santiago – tenças ligadas a almoxarifados, senhorios e várias mercês, para além de pensões. Entre os distinguidos estão os irmãos Lobato, Matias António e Francisco José Rufino, Joaquim José e Bernardo José. Notável é o fato de, em 1808, estarem a servir no Paço, no Rio de Janeiro, oito guarda-roupas, dos quais quatro pertenciam à família Lobato: José Joaquim (pai), e os filhos: Matias António, Joaquim José e Francisco José

---

37 LIMA, 2008, pp. 132 e 133.

38 Cf., SILVA, 2005, p. 270.

39 Cf., OLIVEIRA, Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social Universidade de São Paulo, 2013,, pp. 269-270.

Rufino, que auferiam individualmente 80.000 réis de rendimento anual[40], ocupando essa posição deste 1794, ainda em Portugal[41].

Todas as distinções de que foram objeto denunciam a proximidade (validos) junto de D. João, como o assinalam Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa: "Nunca teve, porém, um primeiro-ministro, como o marquês de Pombal fora primeiro-ministro de seu avô, nem teve um ministro que verdadeiramente fosse seu valido. Validos teve-os entre os empregados que o assistiram pessoalmente ou os oficiais da sua câmara, como o secretário particular José Egídio, ou os irmãos Lobato, que, segundo se dizia, chegaram a ser mais influentes que muitos ministros."[42]

Também nas mais importantes e simbólicas cerimónias cortesãs, os Lobatos eram convidados em lugares de destaque. Assim com a elevação do Brasil a Reino, pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815, começaram os festejos, tendo o Senado do Rio de Janeiro deliberado que toda a cidade iria estar iluminada em manifestação de júbilo e agradecimento, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1816, pela mercê do príncipe regente: "No dia 21 de janeiro celebrou-se a festa, começando com a missa de acção de graças na Igreja de São Francisco de Paula (...). No templo aguardavam já muitos dos notáveis da cidade. Uma hora mais tarde, chegava o Príncipe, que se fizera transportar do paço para a igreja «em grande estado», em cinco «soberbos coches», cada um puxado por seis cavalos, apresentando-se com os filhos D. Pedro e D. Miguel, os gentis-homens da sua câmara e os seus guarda-roupas, os famigerados Lobatos."[43]

Num romance de Paulo Setúbal[44], escrito com muito humor e sarcasmo, a posição de privilégio dos Lobatos é referida do seguinte modo:

> "(…) aqueles que abiscoitaram os empregos mais lucrativos da época. Tanto, e de tal forma, que no Rio se tornou expressão corrente:
> – «Fulano é um sujeito muito feliz. É feliz como os Lobatos!»"

---

40 Cf., SILVA, 2005, p. 261, citando um relatório, de 11 de maio de 1808, do tesoureiro da casa real, Joaquim José de Azevedo que informava os valores desembolsados com criados da Casa Real. Em 1804, ainda em Lisboa, já o *Almanach de Lisboa* fazia referência a estes quatro familiares Lobato que eram guarda-roupas na casa Real.

41 Cf., *Almanaque de Lisboa para o Ano de 1794.*

42 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 13.

43 PEDREIRA; COSTA, pp. 303-304.

44 SETÚBAL, As Maluquices do Imperador, *http://www.portugues.seed.pr.goverbr/arquivos/File/leit_online/paulo_setuba3.pdf.*

2.2. O patriarca

José Joaquim (n. 1736 – m. 1809), o patriarca da família, marca um ponto de viragem decisivo na ascensão deste clã familiar no universo cortesão, ao desposar, em 1759, Maria Joana de Hering (n. 1737), açafata de D. Maria Ana de Áustria. Com efeito, a união com damas e camaristas da casa da rainha era, à época, uma forma muito comum de aspirar a cargos importantes, como refere Nuno Monteiro: "Por seu turno, os ofícios femininos superiores da Casa Real constituíam a única forma de produção de serviços que as mulheres podiam oferecer às casas onde casavam ou onde tinham nascido. (…) a sua importância nesse terreno era notória, ultrapassando em muitas gerações a dos feitos pelos homens. Casar com uma dama do paço, era, muitas vezes a forma mais fácil de arranjar os serviços dos quais as casas careciam (...). A colocação das damas no paço, em princípio, destinadas aos casamentos e às alianças, terá representado, assim, não apenas um capital necessário para as casas antigas de Grandes, mas ainda uma oportunidade para casas com menor cotação poderem ingressar no mercado matrimonial das mais antigas. Na ausência de um levantamento completo das damas ao longo do século XVIII, pode intuir-se, no entanto, a partir das listas disponíveis para o final do século, que esse constituía um dos ofícios mais selectos e mais procurados da monarquia (…)"[45]. Isso mesmo é evocado no seguinte excerto da carta régia de D. Maria I, de mercê do foro de fidalgo e da tença de duzentos mil réis[46], com o Hábito da Ordem de Cristo, a José Joaquim, sendo esta uma atribuição usual proporcionada ao cônjuge de uma camarista da Rainha:

> "Faço saber aos que esta minha Carta Padrão virem que tendo respeito a me representar Dona Maria Joana Teresa de Hering, haver servido a Augustina Senhora Rainha Dona Mariana de Áustria, no Foro de Açafata Alemã e que se havia empregado com muito desvelo, e amor, e que se acha casada com José Joaquim de Sousa Lobato, Mosso da Guarda Roupa, esperava que lhe fizesse mercê do Foro de Fidalgo para seu marido e da tença de duzentos mil reis com o Hábito da Ordem de Cristo."[47]

---

[45] MONTEIRO, 2003, 2ª Edição revista, pp. 533 e 534.

[46] De referir, todavia, que a tença associada à concessão do hábito da Ordem de Cristo era, à época, normalmente de 12.000 réis, sendo algumas vezes acompanhada de uma tença de 50.000-60.000 réis. Deste modo podemos dizer que o valor de 200.000 réis foi especialmente elevado, refletindo o estatuto da noiva.

[47] ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003. Carta Régia de 2 de setembro de 1785.

Este casamento, para alguém com o estatuto de José Joaquim de Sousa Lobato, constituiu uma excelente oportunidade proporcionando-lhe todos os benefícios e remunerações associados ao estatuto da noiva. O facto de esta ser de origem austríaca portanto, externa ao círculo da primeira nobreza nacional, ao qual pertenciam, por regra, as camaristas portuguesas da rainha, terá verosimilmente facilitado esta união.

José Joaquim, nos anos posteriores ao seu casamento, foi sucessivamente agraciado com as mercês da propriedade do ofício de escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760), de guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777), de comendador da Ordem de Cristo (1788) e da Torre e Espada, de proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793).

Demonstrativo da confiança que o regente depositava neste seu vassalo, é um ofício de 17 de julho de 1805, de José Joaquim ao conde de Almada, transmitindo-lhe a ordem do príncipe regente D. João para que estivesse presente, no Paço da Bemposta, para assistir à audiência ao povo [48].

O regente utiliza muitas vezes outras vias de comunicação, que não as inseridas no aparelho político-administrativo, recorrendo aos préstimos dos seus mais próximos de que apresentaremos vários exemplos ao longo deste livro. Com efeito, a maior parte das comunicações relativas aos assuntos de Estado, incluindo-se as reuniões para resolver questões de política internacional, as audiências a embaixadores estrangeiros (entrega de credenciais ou de condolências reais pelo falecimento de um soberano), eram expedidas pelas várias Secretarias de Estado: dos Negócios do Reino; de Estrangeiros e da Guerra; da Marinha e Ultramar ou outras. Outro tipo de convites, provinham do Ministro do Reino, pois era esta a Secretaria que tratava o expediente da Casa Real, designadamente os referentes a acontecimentos religiosos[49] e a cerimónias na Corte, que na maior parte dos casos comemoravam datas da história de Portugal e nascimentos e aniversários de membros da família real, estavam também eivados de um caráter iminentemente religioso, realizando-se para além das audiências, celebrações eucarísticas.

---

[48] ANTT - PT/TT/MSLIV/0821/00076.

[49] Compostos, normalmente por missa solene e *Te Deum,* dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino e a festa de purificação de Nossa Senhora, na Capela Real, a procissão do Corpo de Deus, etc.

2.3. A construção de uma amizade com Matias António?

Embora não existam testemunhos que nos permitam contextualizar como se terá consolidado o relacionamento entre D. João e os irmãos Lobato, consideramos credível que a proximidade etária entre D. João (n. 13 de maio de 1767) e Matias António (n. 31 de janeiro de 1769) – uma diferença de cerca de 20 meses – terá proporcionado um convívio, entre ambos, no espaço de sociabilidade do Paço Real, aonde seus pais exerciam funções ao serviço dos soberanos. Os irmãos mais novos, Joaquim José, Francisco José Rufino e Bernardo José, terão sido abrangidos nessa amizade e irão fazer parte do círculo privado do príncipe. O facto de D. João se ter tornado sucessor da coroa já com 21 anos não terá sido alheio a esta proximidade – o seu irmão D. José, o príncipe da Beira, herdeiro da coroa, faleceu prematuramente de varíola aos 27 anos – o que nos faz pensar na possibilidade de, na sua infância e juventude, ter gozado de maior liberdade que a concedida ao herdeiro natural do trono, o que lhe terá facilitado outrossim um grupo de amizades mais alargado: "a sua Infância decorreu descuidosa, sem as preocupações de vir um dia a sentar-se no trono de Portugal. E assim vemo-lo ora em Mafra, deliciando-se com a música sacra, ora em Salvaterra, entregando-se a brincadeiras próprias da sua idade."[50]

Matias António foi nomeado guarda-roupa de D. João, em 12 de julho de 1798 – um ano antes de D. João assumir a regência em nome próprio, em julho de 1799 – incluindo-se assim no universo doméstico e íntimo do regente, não sendo de desprezar, naturalmente, a influência que tal estatuto lhe podia proporcionar no âmbito da esfera pública e do governo do Príncipe. Em 18 de abril de 1799, foi-lhe atribuída a remuneração anual de 80.000 réis, pagos pela fazenda da Casa de Bragança[51].

Curioso é ainda um conjunto de três cartas dirigidas por D. João a Matias António e um pequeno bilhete, com resposta do último, de foro particular, existentes no ASL, atestando a relação exclusiva e íntima entre ambos, que a seguir transcrevemos[52]:

> – "Meu Matias remeto-te este papel pª te dar provas da minha gratidão do bem q. me tens servido ainda q. eu podia ter alguma cousa de me queixar pois sei q. tens huma amizade a qual [sic] a filha do Broco e não me tens dito palavra pois quando se ama devéras sempre se tem aberto

[50] PEREIRA, 1958, p. 21.

[51] ASL - Anexos - Cota: MANTLOBATOP1D002 e MANTLOBATOP1D003, alvarás de 12 de julho de 1798 e de 18 de abril de 1799, respetivamente.

[52] ASL - Anexos - Cota: MANTLOBATOP1D006.

o coração pª quem se ama sembargo do q. te acabo de dizer sendo aqueixa q. te faço menor do q. o mto q. te sou grato ao bem q. me serves te remeto o papel incluso faço o q. te prometi de te escrever quando to remete-se e a Deos meu amor.

Paço de Mafra em18 de Agosto de 1807

Amo q. mtº te ama"

– "João Maria faz siente ao Senhor Visconde de Magé q. sabe de certo q. o Príncipe mandou lavrar o Decreto de Óbito pª Filipe Neri Lopes e q. já esta asignado igualmente lhe diz q. ~~o mandou fazer~~ [rasurado no original] q. o Príncipe lhe disera q. o tinha mandado hoje pois o Sr. Visconde lhe não tinha falado pª lhe dar huma prova q. quando se ama huma pessoa como o Príncipe ama ao S. V. ~~não há~~ [riscado no original] asentou basta saber asua vontade pois [sic] a q~~. sempre quando~~ [rasurado no original] q. sempre pede cousas justas.

O mais amante, e obrigado
Joao Maria

Rio de Janeiro em 25 de Agosto de 1812"

– "Meu Matias, pego na pena já que o não posso fazer pessoalm.te, para lhe significar o quanto sinto o seu justo pezar, Deos, a sua rezignação, à vontade de quem tudo manda, he quem lhe pode dar alivio em tão justa tribulação na forma do costume será desanojado, mas o deixo na sua liberdade todo aquelle tempo q. lhe for necessário pª a sua justa magoa. Resta-me dizer-lhe q. sou

Amo q. mto te estima

S. Crus em 3 de Fevereiro de 1815[53]

Bilhete de D. João, sem data:

– "Diga-me como paçou a noite pª me livrar de cuidado."

Assinatura de D. João

Resposta do visconde de Magé ao mesmo bilhete:

– "Bejo a Real Mão de V. Mag.de Com todo o respeito, agradecendo-lhe ogrande cuidado q. esta usou [sic]VER Mag.de

Eu Meu Senhor passei mto bem; [sic] apromptando pª ir ter a Honra de beijar a Mão Augusta de V. Mag.de com a maior ternura d' amor. Sou de V. Mag.de

Criado q. mto o Ama do coração
Visconde de Magé"

Como atrás já fizemos menção, a incumbência de transmitir avisos a outros cortesãos e elementos do governo, mesmo sobre assun-

[53] Uma carta de condolências, provavelmente, pela morte de algum familiar que não conseguimos identificar.

tos de Estado, era, em muitos casos, entregue a detentores de cargos palatinos com maior proximidade e confiança do soberano, e, deste modo, Matias António foi encarregue de convocar António de Araújo de Azevedo, em aviso de 3 de maio de 1810, para uma reunião a realizar-se nesse mesmo dia, pelas ave marias, na Real Chácara da Boa Vista. No mesmo aviso está redigida a seguinte nota de António de Araújo:[54]

> "Este chamamento foi para eu, e os outros Concelheiros de Estado votarmos sobre o mais extaordinario negócio que se podia pensar. Consistia em uma carta de Lord Strangford ao Príncipe representando a fraqueza que se achava o governo de Portugal, e para o forteficar propunha o Principal Souza para membro do governo; aprezentou ao mesmo tempo copea de uma carta do Ministro de Estado Wellesley a Mr. Villiers, então enviado em Lisboa, dizendo-lhe que se visse que a nação queria cortes, e que isto lhe dava energia, auxiliasse esta ideia, e conduzisse tudo de maneira que se seguissem os antigos direitos e costumes. O conde de Linhares escreveu uma carta ao Príncipe apoiando a posição de Lord Strangford, e que por este meio se evitavão cortes; ao menos assim o dava a entender. Votamos contra e por escrito sem nos juntarmos; e contudo vai nomeado o Principal Sousa ainda que com outros novos membros. Coiza digna de admiração. Semelhante intriga tem uma grande rameficação e foi traçada há muito tempo, e por isso se diminuirão os membros da regência D. Francisco Xavier de Noronha e Francisco da Cunha. Há muito que. dizer, e reflectir sobre este objecto."

2.4. O valido Francisco José Rufino de Sousa Lobato – o mais poderoso e famigerado dos Lobatos

2.4.1. A figura do valido na historiografia europeia

A figura do valido estava intimamente ligada ao serviço do monarca na sua área privada e doméstica ("privança do rei"), ocupando, ou não, algum cargo oficial. Esta personagem, pelo lugar privilegiado que desempenhava, tinha a capacidade de influenciar, fora do âmbito estritamente privado, direta ou indiretamente, as decisões políticas, diplomáticas e até financeiras do reino.

A proximidade do monarca, por outro lado, estimulava o estabelecimento de laços de amizade, que muitas vezes advinham de um passado comum, na infância ou na juventude, de ambos. A amizade configurando uma relação de igualdade única e exclusiva, pela sua

[54] ADB - PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA-I-004188.

própria definição, limita a possibilidade de outros indivíduos, estranhos à conexão existente ascenderem ao mesmo patamar. Por consequência, a figura do valido foi entendida como um elemento de desestabilização social, principalmente ao nível das classes mais poderosas da sociedade, que se viam "excluídas" do acesso direto ao monarca o que, em última análise, lhes retirava poder.

O termo valido constitui um tema da historiografia europeia. Jean Berenger publicou, em 1974, um artigo pioneiro sobre a questão. Nesse texto expõe, resumidamente, que o primeiro-ministro/valido é um assunto específico da historiografia europeia, surgindo nos principais países europeus, no início do século XVII, cerca de 1630, devendo a sua constituição à "complexidade crescente do Estado moderno" que procurava alternativas de governação para uma nova realidade política. Esta nova categoria de pessoas que constituía uma barreira no aceso dos súbditos ao rei, originou uma grande contestação da nobreza e do clero, sendo vista, com frequência, como uma classe de "usurpadores" e "tiranos[55].

Após o ensaio de Berenger emergiram muitos outros estudos sobre os validos seiscentistas, analisando personagens que ascenderam a essa posição, entre eles: Richelieu (ministro de Luís XIII) e Mazarino em França e, em Espanha, o 1º duque de Lerma, D. Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, valido de Felipe III e o conde/duque de Olivares, favorito de Filipe IV e ainda o Duque de Buckingham na Inglaterra.

O tema do valimento foi e continua a ser tema de muitas interpretações, com diferenças significativas de análise, caraterização e cronologia. Scott, num texto de 1996[56], expõe a questão do declínio da função de valido, como resultado da forte ação crítica de Luís XIV sobre a figura do Cardeal Mazarino, após a sua morte em 1661[57], e o seu ressurgimento, em meados de setecentos, sendo os principais representantes deste reaparecimento Kaunitz (1751-1791)[58], no Sacro

---

55 Cf., MONTEIRO, 2006, p. 236.

56 SCOTT, *1996,* pp. 21-52.

57 Primeiro-ministro da França da então regente, Ana de Áustria, de 1642 até à data da sua morte em 9 de março de 1661, sucedendo ao seu mentor, o Cardeal Richelieu na Corte de Luís XIII.

58 Diplomata austríaco e checo, e estadista na Monarquia dos Habsburgos. Defensor do absolutismo esclarecido, foi chanceler do Estado, por cerca de quatro décadas, foi responsável pela política externa durante os reinados de Maria Teresa, José II e Leopoldo II. Em 1764, foi elevado a Príncipe do Sacro Império Romano-Germânico. A partir de 1780, o Imperador D. José II diminui muitos os seus poderes. Cf., *https://en.wikipedia.org/wiki/Wenzel_Anton,_Prince_of_Kaunitz-Rietberg*.

Império Romano-Germânico e o marquês de Pombal, com D. José, representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII e que no seu papel de primeiro-ministro/valido – de notar que não há uma posição consensual da historiografia portuguesa sobre a questão da aplicação da noção de valido à posição de Pombal – foi responsável por várias reformas administrativas, económicas e sociais.

Argumentos de natureza histórica, filosófica e religiosa continuam a ser esgrimidos para justificar a importância e também as desvantagens da existência dos validos em diferentes épocas históricas, não havendo um consenso sobre o seu papel, atribuindo-se-lhe tanto uma conotação negativa como positiva.

A conotação negativa está presente no primeiro dicionário português de Rafael Bluteau, editado no início do século XVIII, embora o termo valido não exista autonomamente está inserido na descrição da palavra "ministro": "aquele que tem valimento que pode com alguém mais do que os outros (…) o Valido, que com o príncipe faz quanto quer, na verdade é o próprio príncipe. Esta é a maior desgraça de um Reino, reduzir-lhe toda a administração do estado a um só, e um que não é o seu próprio senhor".

Em 1999 uma coletânea interessante de textos (todos sobre o século XVIII) foi dedicada ao tema, reconhecendo que o reinado de Luís XIV marcou a queda do fenómeno. Porém, se a função passou a ser desvalorizada, especialmente, após o ano de 1750, essa figura voltou a ganhar importância nos estados absolutistas da Europa continental. Contudo, os validos setecentistas eram mais prezados pela sociedade, mais reformadores e menos comprometidos com clientelas, provocando uma menor incompatibilidade social.[59]

Num excerto de um artigo de José Subtil[60], pode ler-se, relativamente aos validos espanhóis, uma definição bem clara e abrangente da referida função e da dicotomia da esfera privada versus pública:

> "Os validos espanhóis (Lerma, Uceda, Olivares, Haro, Nithard e Valenzuela) gozaram da privação régia, da amizade do soberano e de grande liberdade no controlo dos papéis. Mas foi na intervenção directa que tiveram nos órgãos colegiais que justificaram o reforço dos seus domínios políticos, cumprindo uma função de «intrusos» entre o rei e os organismos administrativos, provocando com isto, também, um coro de protestos e

[59] Cf., MONTEIRO, 2003, 2ª Edição revista, pp. 237-238.

[60] SUBTIL, "Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?" In *Ler História 60/2011*, pp. 53-69.

> ódios. O valido espanhol não foi só um favorito ou privado do rei, ou um secretário para cumprir as funções de preparar as minutas do despacho, apresentar as consultas para a assinatura régia, ou redigir escritos para resolução. O valido tinha superioridade sobre os secretários e oficiais e foi monopolizado pela Alta Nobreza que, através do cargo, procurou controlar o comando político da monarquia. Se o valido começou por ser escolhido como amigo e alter-ego do rei, rapidamente saiu da esfera privada para intervir na esfera pública e na condução do governo das secretarias de Estado, dos conselhos e dos tribunais."

Em pleno século XIX, em Espanha, o último exemplo, foi Manuel de Godoy, valido de Carlos IV e de sua mulher. Em Portugal, depois do Marquês de Pombal valido/primeiro-ministro de D. José não existiram validos na aceção estrita da sua definição, contudo, na regência/reinado de D. João os irmãos Lobato, particularmente Francisco José Rufino, desempenharam junto de D. João uma espécie de valimento especial com uma intervenção poderosa junto de D. João, como de resto se descreve ao longo deste texto.

2.4.2. Carlota Joaquina no contrapoder: os Incidentes domésticos e a Conspiração dos Fidalgos

Os tempos agitados que se viviam a nível externo – Revolução Francesa – correspondiam a um clima interno longe de uma harmonia desejável. D. João, de acordo com várias opiniões, estava impreparado para a governação, como segundo descendente na linha de sucessão. O seu temperamento indeciso e influenciável permitia que os seus mais próximos conselheiros e governantes o fizessem vacilar nas suas decisões. O regente via-se assim mergulhado em situações muito complexas tendo que gerir as opiniões contrárias dos ministros do seu governo, relativas ao crescente domínio Napoleónico, bem como, os problemas familiares que a consorte lhe trazia.

A partir de 1792, a assunção de D. João da regência, em nome de sua mãe, D. Maria I, e, em 1799, da regência formal, concomitantemente com o clima de enorme instabilidade que se vivia na política externa, despertaram D. Carlota Joaquina para a sua importância, na qualidade de consorte do príncipe herdeiro. As ambições de D. Carlota, como mulher de forte carácter que era, não se fizeram esperar, sobretudo tendo em conta o alargado campo de manobra que adquiriu, aos olhos da Corte, ao cumprir o seu papel de dar sucessores ao Reino, dando à luz, a 29 de abril de 1793, a primeira Infanta D. Maria Teresa, tornando-se uma verdadeira agente de desestabilização de intrigas cortesãs.

D. Carlota representava, com efeito, uma das grandes inquietações de D. João. Em 12 de julho de 1799, quando D. João assume a regência em nome próprio, influenciado pelos seus conselheiros que não apreciavam as opiniões D. Carlota, excluí-a de participar nas decisões sobre assuntos de Estado. Este foi um rude golpe para D. Carlota que aspirava ter um papel legítimo na governação. Embora ferida no seu âmago, reagiu, inicialmente, de uma forma subtil, criando a Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel[61], o que lhe proporcionou a possibilidade de conceder privilégios às esposas dos membros mais destacados da Corte e organizar convívios palacianos com a alta sociedade, mas rapidamente recrudesceu nela a ambição do verdadeiro poder e influência na política da Corte.

Em princípios de 1802, as relações do casal estavam definitivamente arruinadas. D. Carlota passou a viver no Palácio de Queluz e adquiriu, com o acordo de D. João, o Palacete do Ramalhão, próximo de Sintra, concebendo, nesses espaços, uma espécie de contrapoder ao regente, opondo-se a decisões de política tomadas, desde a nomeação de cortesãos, contratos de casamento, até ao tratamento conferido a criados e questões relativas a etiqueta.

Um dos incidentes domésticos, que esteve envolto em forte polémica, foi precisamente o casamento de Francisco José Rufino de Sousa Lobato com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa, açafata de D. Carlota Joaquina. Tratou-se de um dos casos de dissensão entre os consortes reais. Supostamente, D. Mariana estava ligada amorosamente a João do Rego, amor a que seu pai, Manuel Francisco de Barros e Mesquita, bem como o seu irmão, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, futuro 1º visconde de Santarém (ver ponto 3.1.3.), se opunham vigorosamente, porque pretendiam casá-la com Francisco José Rufino de Sousa Lobato, consórcio a que D. João dera prontamente o seu acordo. A princesa real, D. Carlota, tomou a situação como uma incursão nos seus assuntos privados e tentou enfrentar o marido, pois em "Dama de minha companhia não se mexe." A condessa de Oeynhausen, que procurava conseguir o lugar na Corte de dama de honor da princesa, ofereceu os seus préstimos para aquietar

---

[61] A Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel ou Real Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel, foi uma ordem honorífica e feminina, destinada, exclusivamente, a damas da nobreza. Instituída pela princesa D. Carlota Joaquina e autorizada pelo príncipe regente D. João, por decreto de 4 de novembro de 1801. Os seus estatutos foram confirmados pelo alvará de 25 de abril de 1804. Cf., *https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Real_de_Santa_Isabel* (visto em julho de 2020).

a situação, prometendo a D. Carlota ter uma conversa com o ministro da fazenda, marquês de Ponte de Lima, a quem o príncipe considerava muito[62].

D. João, apesar do descontentamento da princesa desta vez não vacilou e o casamento realizou-se, no dia 5 de fevereiro de 1800, na igreja do Patriarcado em Lisboa. Foram padrinhos de casamento o marquês de Ponte de Lima, Mordomo-mor e D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, camarista do príncipe regente [63].

Do ponto de vista político um momento capital da regência de D. João, foi o movimento designado por "Conspiração dos Fidalgos" ou "Conspiração de Mafra", que ocorreu entre os anos de 1805-1806, conduzido por um grupo de fidalgos da primeira nobreza da corte, tendo D. Carlota Joaquina como principal instigadora, senão a sua própria mentora, com o fim último de destituir o regente do governo do Reino. Nesse episódio, o casal dos futuros viscondes de Vila Nova da Rainha assume um especial protagonismo.

Na origem deste caso, esteve um episódio de enfermidade do regente, que se julgou tratar-se de uma insanidade em tudo semelhante à de sua mãe, D. Maria I. Em outubro de 1805, o príncipe regente deslocou-se para a habitual jornada de caça em Samora Correia, com a sua comitiva, composta entre outros por Tomás António de Vilanova Portugal, seu conselheiro e secretário, os ministros conde de Vila Verde e António de Araújo de Azevedo (depois conde da Barca) e Joaquim José de Sousa Lobato (futuro 2º visconde de Magé), seu guarda-roupa. Entretanto, D. João, o conde de Vila Verde, António de Araújo e Joaquim José Lobato adoecem com problemas intestinais. De acordo com Ângelo Pereira, tratar-se-ia provavelmente de um surto de febre tifoide [64]".

Vejamos a descrição proveniente de um manuscrito publicado por Rodrigues Cavalheiro[65]:

---

62 HORTA, fevereiro de 2013, 7ª edição, p. 845.

63 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia da certidão de casamento. De notar que, o marquês de Ponte de Lima era um dos opositores à realização de tal casamento, acabando por ser um dos seus padrinhos.

64 PEREIRA, 1958, p. 51: "No Outono de 1805, uma epidemia de sezões ou mais possivelmente de febres tifóides, irrompeu em Samora Correia, clima pouco salubre e de águas inquinadas (opinião do Dr. Domingos Vandelli) (…) A depressão de nervos, causada por aquela doença infecciosa, provocou no Príncipe, uma psiconeurose com sintomas bastante alarmantes, o que deu azo a que se pensasse que estrava atacado de loucura como a Mãe."

65 Cf., CAVALHEIRO, 1936.

> "O Príncipe, então, voltou para Queluz; e aqueles dois padeceram [conde de Vila Verde e António de Araújo de Azevedo} doenças muito fortes de que estiverem em grande perigo e S.A.R., passadas três semanas de residência em Queluz, caiu doente de uma moléstia nervosa, que se explicava por convulsões irritantes nos intestinos, nas faces, em abatimentos, etc. A opinião de seu médico foi ser um ataque da mesma qualidade das moléstias de Samora; mas que não chegou ao grau de intensidade com que tinham sido atacados os outros."

Quando o príncipe se sentiu melhor dirigiu-se para a Quinta de Caxias e depois para o Alfeite. Tomás António é entretanto avisado por um frade de Mafra, Frei Gregório de Nossa Senhora, que em Lisboa e em Mafra se comentava que a doença de D. João o poderia impossibilitar de exercer a regência. Tomás António incumbiu o frade de averiguar a situação e, perante as notícias que o mesmo lhe transmitiu, considerou necessário continuar a vigiar a evolução dos rumores. D. João passou uma temporada em Vila Viçosa até se restabelecer completamente, mantendo-se informado do evoluir da situação em Lisboa.

O grupo conspirador tinha como principais personagens o marquês de Alorna, o conde de Sarzedas, o 2º marquês de Ponte de Lima e o banqueiro pessoal de Carlota Joaquina, Jacinto Fernandes Bandeira, Barão de Porto Covo[66].

Tudo estaria combinado para ter lugar no dia 25 de abril de 1806, data do aniversário de D. Carlota Joaquina. Os ditos conjurados, no momento do beija-mão à princesa, num gesto simbólico, colocariam a mão sobre o peito, demonstrando a sua concordância com o golpe, de seguida seria solicitada ao regente a assinatura de um decreto, redigido pelo conde de Cavaleiros, que legitimaria a transferência da regência para D. Carlota Joaquina. Todavia, graças à informação de uma das açafatas da princesa, Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (sua valida), casada com Francisco José Rufino de Sousa Lobato, a conspiração foi malograda. Insatisfeita com a atuação desta sua camarista a princesa despediu-a[67].

---

[66] Cf., PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 143.

[67] Cf., CAVALHEIRO, 1936: "Infelizmente a Princesa Regente, tendo por muito valida D. Mariana, no tempo em que o Príncipe estava no Alfeite, a pôs fora do seu quarto, sem se saber a razão. Esta Senhora foi à jornada acompanhando seu Marido, Francisco Rufino de Sousa Lobato, muito estimado do Príncipe. Supõe-se que por vingança ela aí acusou a Princesa; e principiou um divórcio na Família Real que dura ainda hoje, em 1812. (…) Continuando, porém, a intriga e desunião entre os Príncipe e a Princesa em que Francisco Lobato achava a sua vantagem por se fazer por isso mais valido […]".

D. João encarrega então o Intendente da Polícia de fazer averiguação dos contornos e pessoas envolvidas nesta intentona e, tendo encontrado razão para punir os principais conspiradores, enviou para a Índia o conde de Sarzedas (Vice-Rei) e o marquês de Alorna para o Alentejo, o 2º marquês de Ponte de Lima e o conde de Sabugal foram designados para comissões para o Algarve e Almeida, respetivamente. Ao conde de Cavaleiros, que se tinha retirado para a sua quinta nas Caldas da Rainha, ordenou que aí permanecesse. D. Carlota Joaquina foi ilibada, respondendo ao marido que não tinha nenhuma relação com o assunto e não tinha consentido que os ditos fidalgos tivessem levado a cabo tal empresa.

O narrador no final do manuscrito, publicado por Rodrigues Cavalheiro, conclui que bem vistos os factos, com a distância temporal devida, o objetivo final deste golpe seria "fazer passar o Governo do Reino para o Príncipe da Paz; figurando El-Rei de Espanha como tutor do Príncipe da Beira."[68] Esta interpretação não parece credível e é, no mínimo, muito forçada dada a antipatia que D. Carlota Joaquina nutria por Godoy, como adiante veremos.

O que aconteceu, irremediavelmente, como resultado último desta conspiração, foi o rompimento definitivo nas relações do casal D. João e D. Carlota Joaquina e a afirmação de um pequeno grupo de servidores, os irmãos Lobato, José Egídio, Tomás António, que passam a controlar a situação, mantendo D. Carlota Joaquina à distância e passando a deter o privilégio de colocar os seus protegidos na área de influência da Corte.

De acordo com Sara Marques Pereira, o insucesso da maquinação poderia residir, também, no facto de esta intriga ter sido muito mal planeada e organizada, estando os seus cabecilhas impreparados para tal feito, por várias razões: a começar pela sua juventude, como é o caso do 2º marquês de Ponte de Lima, com 26 anos, e o conde de Sabugal com 27; a própria D. Carlota a mostrar grande ingenuidade e inexperiência; e o marquês de Alorna que possuía, segundo o testemunho de contemporâneos, um comportamento inconstante "ligeiro e superficial", à semelhança da sua irmã, a condessa de Oeynhausen[69].

---

[68] CAVALHEIRO, 1936.

[69] Cf., PEREIRA, março de 2008, p. 63. Relativamente ao temperamento do Marquês de Alorna remete para a obra de SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil* (…), 1ª época, tomo II, p. 593: "(…), era um homem afável, representavam-no ligeiro e superficial, empreendendo muitas cousas e nada realizando."
Todavia, esta opinião da suposta ligeireza e superficialidade do marquês de Alorna

Mas o que certamente marcou esta conspiração, em torno da regência, terá sido a intriga e as rivalidades entre as camarilhas cortesãs, que se insurgiam contra o domínio de um conjunto de indivíduos, aonde os irmãos Lobato se evidenciavam, particularmente Francisco José Rufino de Sousa Lobato. Sintomática do recrudescer da inveja e rivalidade é a carta que o 2º marquês de Ponte de Lima envia de Mafra ao conde de Sarzedas, em 5 de agosto de 1806, em que começa a descrever o estado de saúde do regente:

> "(…) O nosso homem está cada dia pior, e pouco falta si [sic] declarar completamente alienado (…)" e avança com palavras acirradas: "nenhum negocio serio vai a presença do dito Sr. os biltres do maior valimento, e servem sempre os seus afilhados, seja ou não justo. Outro dia nomeuse [sic] um criado para o Infante D. Miguel contra a opinião da Princeza e fazen do [sic] justas obyecções [sic=objeções] foi-lhe respondido assim quis-eu (sublinhado do texto). Averiguou-se a razão de tanto empenho e soube-se [sic] q´ tudo esto [sic] tinha sido por q' o tal criado era afilhado do Sr. Francisco [Lobato]. Historias d' este genero há milhares, sabida huma é escusado repetir as outras.(…)"[70]

2.4.3. Francisco José Rufino e D. João VI – uma afeição especial

Francisco José Rufino para além de ser um dos vassalos mais próximos de D. João, tinha o estatuto especial de seu confidente, como Raul Brandão relata: "Só com ele desabafava, passeando em Mafra, pelo seu braço, sem querer ouvir mais ninguém (…). Só ele lhe podia entrar no quarto a qualquer hora e a carta que lhe manda parece a carta dum amante."

> "Meu Francisco faço estas duas regras sembargo de te mandar amanhaã Tomaz p.ª pessoam.te os meus sentimentos ateu respeito p.ª te mostrar a minha amizade e o quanto me tem penalizado a tua separação q. Deos permita q. já se cabe mas te peço q. não venhas sem estares restabelecido para não tornares adoecer e me ver outra vez separado da tua companhia (…). Resta-me tornarte a significarte os meus sentimentosde amizade e do mto q. dezejo o dia de tornar a pessoir atua companhia pois não tenho hum só momento q. tu me não lembres.
>
> Mafra, 5 de Outubro de 1805
>
> Amo q. mto te estima" [71]

---

deverá ser reanalisada à luz dos estudos de António Pedro Vicente, "Alorna e Gomes Freire: propostas para a organização militar no início do século XIX", in *O Tempo de Napoleão em Portugal*; ou a edição de 1912 de um dos seus estudos, de 1804.

70 Cf., PEREIRA, março de 2008, p. 62.

71 BRANDÃO, 1997, (ed. orig. 1912), pp. 77-79.

As cartas que lhe dirigia, sempre em termos muito afetuosos, são prova de uma relação especial de grande proximidade e confiança. Outras três missivas adotando o mesmo tom são divulgadas nesta obra de Raul Brandão[72].

A afeição de D. João a este seu guarda-roupa não passou despercebida e foi alvo de diversos rumores no Paço.

Desde o episódio da "Conspiração dos Fidalgos", o casal real vivia num clima de inimizade e de separação física, habitando, normalmente em palácios diferentes, encontrando-se somente em ocasiões protocolares. Na sua obra, Tobias Monteiro refere-se a esse apartamento de D. João das ligações íntimas com a esposa, considerando que a necessidade o terá levado a procurar satisfação junto de um dos seus mais próximos e fiéis vassalos, Francisco José Rufino, estabelecendo com ele um relacionamento homossexual: "Privado, desde cêdo da convivência conjugal, e procurando desde logo nos claustros e cellas de Mafra refugio para os seus dissabores, D. João, ainda muito joven, contrahiu naquele isolamento, por iniciativa propria ou exemplos nefastos, hábitos mórbidos que suppriam a ausencia de mulher, Rubio refere-se ao auxílio prestado neste particular às exigências do Príncipe pelo favorito Lobato. Jacobina cita nas suas notas factos testemunhados no paço da Boa Vista e dá como corrente entre os velhos criados, a quem ouvio, a certeza dessa perversão. Parece que a incontinência dos desejos, de natureza a irromperem subitamente e exigirem allivio prompto, nem sequer deixava tempo de serem tomadas as precauções devidas para evitar olhares indiscretos. Padre Miguel, cura da imperial fazenda de Santa Cruz e protegido de D. Pedro I, contou áquelle autor que um pobre frade, por haver assistido sem querer, de um canto aonde rezava, a uma scena de excessiva e comprometedora intimidade entre senhor e vassalo e por ter sido bispado por D. João, foi enviado para Angola; mas antes de partir referiu o motivo do seu desterro desfarçado (Padre Miguel Martins da Luz, cura da capella de Santa Cruz de 1826 a 1831)." [73]

Não tendo nós informação que refute o testemunho que Tobias Monteiro apresenta, podemos, no entanto, questionar-nos até que ponto o comportamento descrito se pode considerar verídico ou é construído como um ato de maledicência, resultante da inveja que os

---

[72] Cartas de conteúdo semelhante, existentes no ASL, são dirigidas por D. João ao seu irmão mais velho, Matias António, conforme atrás transcrevemos.

[73] MONTEIRO, 1927, pp. 89-90, citando Rubio, RUBIO, Julián María, MCMXX, p. 23.

fidalgos que frequentavam a Corte votavam a este valido, pelos muitos benefícios que lhe proporcionava tal posição, afastando-os dessa possibilidade. Resta-nos a dúvida!

Naturalmente que esta preferência de D. João e as consequentes mercês proporcionadas a este seu súbdito despertava, igualmente, a cobiça da generalidade dos seus contemporâneos, como bem o evidencia um poema satírico, em circulação no Brasil, no início da década de 1820[74]:

> "Brasileiros, dissipai tudo o que pode servir
> de obstáculo ao nosso sossego, e aos vossos interesses,
> tirei de entre vós a prisão e fonte
> donde têm manado todas as vossas desgraças,
> e para segurar a vossa felicidade necessário que
> Morra Francisco Lobato"

2.4.4. Francisco José Rufino – relações com o poder instituído

Francisco José Rufino foi o mais poderoso e famigerado dos irmãos Lobato, estendendo-se a sua influência aos domínios do poder político.

Raul Brandão refere a esse propósito que após o falecimento do conde de Vila Verde, Diogo José de Noronha, chefe de governo, até 1806, na segunda regência: "Foi seu valido e, principalmente depois da morte do Vila Verde seu primeiro-ministro."[75], denunciando o quão poderoso teria sido este valido.

Outros episódios são suficientemente exemplificativos da capacidade que era facultada, a este protegido de D. João de intervir nas áreas do poder. Com efeito, como se disse, D. João socorria-se, com frequência, dos seus mais próximos colaboradores para transmitir mensagens aos secretários do seu governo. A 28 de novembro de 1807, quando toda a frota estava preparada para iniciar a viagem para o Brasil, dependendo apenas da melhoria das condições meteorológicas, a bordo da Nau Príncipe Real, D. João recorre a Francisco José Rufino, como com frequência fazia, para enviar uma nota a António de Araújo de Azevedo, a ordenar o embarque dos dois regimentos do Porto em substituição do de Peniche[76]:

---

74 Cf., ANDRADE, In ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História - Londrina, 2005.
75 Não o sendo oficialmente cf. BRANDÂO, 1997, (ed. orig. 1912), p. 77.
76 Cf., RODRIGUES, Dissertação de mestrado, 2007, p. 225.

> "O Príncipe Reg^te^ N. S.^r^ me ordena remeta a V. Ex.^a^ o papel incluso, (…) visto não poder embarcar o Regimento de Peniche, V. Ex.^a^ mandar as ordens para embarcarem os dois regimentos do Porto. (…) 28 de Novembro 1807, Ass: Francisco José Rufino de Sousa Lobato" [77].

Ângelo Pereira na sua obra *D. João VI, Príncipe e Rei*, segundo um testemunho atribuído ao Conselheiro de Estado e antigo ministro D. João de Almeida Melo e Castro, confirma que o poder dos Lobatos não parou de crescer, abrangendo assuntos do domínio político, como é o caso deste episódio que relata que Francisco José Rufino não se coibiu de admoestar D. Rodrigo de Sousa Coutinho na presença do regente D. João. Estava em causa o comportamento de D. Rodrigo, relativamente a uma contenda entre os rivais, Lord Strangford, ministro plenipotenciário de Inglaterra, e Sir Sidney Smith – almirante que comandou a escolta da família real Portuguesa para o Brasil – representante do ministro da Guerra, no ataque planeado, por Portugal, às colónias espanholas da América do Sul, que contaria com o apoio das tropas inglesas.

O problema coloca-se quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou um ofício a Sir Sidney Smith, justificando o avanço das tropas do Rio Grande do Sul e da guarnição de Santa Catarina para as fronteiras, tentando esclarecê-lo que as tropas não tinham avançado com o intento de combater os espanhóis, mas que se organizavam para impedir qualquer tentativa de ataque dos franceses e assim auxiliarem os espanhóis no caso de estes solicitarem a colaboração portuguesa. No mesmo ofício oferecia a Sir Sidney Smith o comando das tropas do Rio Grande do Sul e a direção das suas operações. A proposta não agradou a Sir Sidney Smith que pretendia comandar não só os exércitos de Rio Grande do Sul como os de S. Paulo, nesse sentido expediu a D. Rodrigo uma nota na qual solicitava várias explicações entre as quais uma "Relação das Tropas, da qualidade dos Officiaes, da faculdade de passar revista às mesmas Tropas, &c." D. Rodrigo responde-lhe declinando a proposta de revista das tropas portuguesas, concedendo-lhe apenas a possibilidade de uma revista geral da parada e informando-o que D. João não conferia o comando das suas tropas a nenhum oficial sem a concordância de Sua Majestade Britânica e que esta mesma informação fora transmitida a Lord Strangford. Sendo Sir Sidney Smith e Lord Strangford adversários, Sir Sidney Smith respondeu que nada tinha em comum com Lord Stran-

---

[77] ADB - PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/E/003975.

gford e que estranhava a informação de D. Rodrigo, uma vez que ele próprio respondia perante o ministério da Guerra, tendo enviado de imediato para Londres, a 29 ou 30 de novembro de 1808, um oficial de sua confiança que transportava ofícios para o ministério Britânico sem dar nota de tal expedição a D. João ou a D. Rodrigo.

Estas situações embaraçosas resultavam, de acordo com o autor, da "incoerência e extrema leveza de D. Rodrigo, e das tristes combinações q. fez pª se segurar a todo o custo no Ministério, por q. desmanchando com leveza o partido q. tinha feito com os Lobatos de quem despachou todos os parentes militares, além de outras condescendencias mui notáveis o q tudo transformou pela publicidade com q. inculpou de venalidade a Promoção de Milicias organizadas por Montaury [João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury – primo de Francisco José Rufino de Sousa Lobato] de 13 de Maio de 1808, tendo ficado mto mal desta Pendencia o mesmo D. Rodrigo porq. athe foi escandalosamte reprehendido por Fco Lobato na prezença do Príncipe, não achou outro partido a tomar senão o de se constituir *Servus Servorum* dos Inglezes lançandose nos Braços de Sir Sidney Smith (…)"[78].

A influência dos irmãos Lobato é tal que originou diversas mensagens de Lord Strangford, embaixador britânico, ao seu ministro, evidenciando alguma perplexidade: "(…) Lord Strangford, o embaixador britânico, chega a comunicar ao seu ministro que o Príncipe vivia sob o absoluto domínio de um indivíduo chamado Lobato que juntamente com os seus irmãos governava Sua Alteza Real com autoridade despótica, tão surpreendente e tão inacreditável que não ousava tentar descrevê-la."[79]

2.4.5. O visconde de Vila Nova da Rainha nas cartas de Santos Marrocos (a reconciliação com D. Carlota Joaquina)

Luís Joaquim dos Santos Marrocos, funcionário da Real Biblioteca, que por essa razão foi para o Rio de Janeiro para junto da família real, escreveu um conjunto epistolar (1811-1821), de caráter particular, enviado maioritariamente a seu pai – funcionário da biblioteca da Ajuda – e a sua irmã, que é uma fonte preciosa para o conhecimento da sociedade, das mentalidades e costumes da época. Na sua atividade contava com o apoio de pessoas muito próximas do príncipe

---

78 PEREIRA, 1958, pp. 300-301.

79 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 147, citando, AZEVEDO, 2003, p. 45.

D. João, sendo de destacar Francisco José Rufino de Sousa Lobato, seu protetor, que o amparava e pontualmente, se solicitado, conseguia favores para seus familiares e amigos.

Ainda na metrópole Santos Marrocos já era recebedor da benevolência do 1º visconde de Santarém e do seu irmão Arcebispo de Adrianópolis. Presumivelmente terá sido por essa via, que alcançou a proteção de Francisco José Rufino, cunhado do 1º visconde de Santarém.

Por resolução de D. João VI, transmitida pelo visconde de Vila Nova da Rainha a Santos Marrocos, o mesmo transitou do espaço da biblioteca para um andar por cima do espaço da câmara real, aonde foi tratar da conservação e catalogação dos manuscritos da livraria da coroa e, simultaneamente, começou a conquistar a proximidade de um maior número de cortesãos, estabelecendo uma rede clientelar que utiliza em benefício próprio, permitindo-lhe obter proventos simbólicos, por favores que prometia conseguir.

Na sua prosa vai descrevendo os eventos, uns mais, outros menos, relevantes, e as intrigas da Corte com que vai tecendo uma teia de maledicências que plasma nas suas missivas. Francisco José Rufino de Sousa Lobato é referido em vinte e sete cartas, sobre os mais diversos temas dos privados e de assistência ao Paço e ainda, nos respeitantes ao valimento de Santos Marrocos[80], do qual, este último, muito se orgulhava e ao qual se referia com particular simpatia. Em julho de 1817, todavia, surgiu a discórdia, quando Tomás António de Vilanova Portugal foi nomeado Ministro de Estado e convidou Santos Marrocos para oficial da secretaria de Estado dos Negócios do Reino, cargo que começou a exercer, em setembro de 1817, mantendo o seu lugar na Real Biblioteca. Nas cartas desse período queixa-se a seu pai do visconde de Vila Nova da Rainha, classificando-o como o seu "maior inimigo": "Na Livraria ainda sou considerado actual empregado (…); mas desde que sou Oficial da Secretaria ainda não cobrei dali Ordenado, apesar de não haver Ordem de Sua Majestade para que se me não pague. O Visconde de Vila Nova da Rainha é o meu maior inimigo, deliberou-se a não me pagar mais, (…) e não tem pejo a dizer a todos, que me conhecem, que há de crucificar-me"[81].

---

[80] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
Cartas nos 3,6,12,15,21,26,28,29,31,33,41,43,51,65,67,69,70,74,77,96,103,110A,118,120, 150,151A e 152A - Francisco Rufino de Sousa Lobato e sua mulher - nº 96, Matias António de Sousa Lobato e suas duas esposas - nº 135.

[81] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, Carta 120 de 12 de maio de 1818.

Do dia-a-dia de entendimentos/desentendimentos e intrigas se alimenta a verve de Santos Marrocos, que no caso estudado, nos traz informação valiosa do posicionamento e influência dos elementos desta família na Corte de D. João VI.

Numa das cartas dirigida a seu pai, dá nota de uma visita, de um dia inteiro, que D. Carlota Joaquina, suas filhas e algumas açafatas fizeram ao novo palácio do visconde de Vila Nova da Rainha, em Botafogo, a convite do próprio, descrevendo os pormenores do serviço prestado à família Real: "(…) e foi a maior pompa, que se tem observado, pelo que pertence a mesa e recreio, para obsequiar Suas Altezas. Pode imaginar-se a grandeza de todo o trem para Serviço das Senhoras, e pode igualmente afirmar-se que nada deste Serviço foi de fora. Excelente orquestra vocal e instrumental, Dança, refrescos, e tudo o mais que deveria solenizar aquele dia de tudo o dito visconde lançou mão para se distinguir mais do Conde da Lousã; e findou o divertimento pelas 3 horas da madrugada do dia seguinte." [82] Passados três dias, D. Carlota confere ao visconde de Vila Nova da Rainha a Ordem de Santa Isabel Americana, e à viscondessa a Ordem Portuguesa de Santa Isabel, sendo recebida, uma vez mais, no palácio dos ditos viscondes com grande sumptuosidade. Marrocos não se abstém, na mesma carta, de referir a inveja do conde da Lousã, vedor da princesa, pela distinção atribuída ao visconde de Vila Nova da Rainha, que aquele reclamava para si próprio, por ser de hierarquia superior e ter tido a honra de receber a visita de D. Carlota Joaquina há já muito tempo.

Esta reconciliação de D. Carlota com os viscondes é extremamente curiosa para quem, em tempos idos, se posicionava em trincheiras opostas. Com efeito, D. Carlota, de acordo com o escritor Julián María Rubio, revelava um vigoroso sentimento de antipatia, senão ódio, a Francisco José Rufino, tendo mesmo chegado a afirmar ser ele uma espécie de Godoy, pelo seu papel de grande proximidade e influência junto do regente: "(…) el favorito fomentaba esta separación, [do casal Real] y que era odiado por la princesa, como claramente lo exterioriza ésta en una carta que envió al conde de Floridablanca, al decir de este favorito que "levantado de la nada como otro Godoy exerce en esta corte las mismas iniquidades que executaba aquél en la de Madrid."[83] Na mesma obra refere o testemunho do secretário

---

[82] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, Carta 96 de 23 de fevereiro de 1816.
[83] RUBIO, MCMXX, p. 23. Citando Villaurrutia: Relaciones entre España (…), tom. I, pág. 92.

particular de D. Carlota, José Presas, que afirmava que este valido não limitava a sua atuação ao universo doméstico, mas também se permitia alvitrar sobre pendências do âmbito da política de Estado: "La influencia e Lobato, según testimonio del secretario de la princesa Presas, no sólo se limitaba al orden privado y doméstico, sino que también se extendía a la resolución de cuestiones de alta política, para las que el favorito no estaba desprovisto de cierta inteligência."[84]

2.5. A estratégia preparada de enviar o infante D. Pedro para o Brasil e os acompanhantes designados

Após a convocação do Conselho de Estado, em 26 de agosto do conturbado ano de 1807, ante a ameaça de concretização da primeira invasão napoleónica, decidiu-se, perante uma proposta, que se pensa ter sido de Tomás António de Vilanova Portugal, que seria o príncipe D. Pedro, filho primogénito de D. João, com apenas 8 anos, a partir para o Brasil, em lugar do regente, acautelando a futura sucessão. Para assistir D. Pedro, nomeou-se uma comitiva, um dos irmãos Lobato, na qualidade de porteiro da sua câmara, Joaquim José de Sousa Lobato, depois 2º visconde de Magé, seu primo Marco António Montaury[85] e seu sobrinho por afinidade, Manuel Francisco de Barros Leitão e Carvalhosa, futuro 2º visconde de Santarém[86], como guarda-roupas do príncipe D. João socorria-se assim dos seus mais fiéis servidores, elementos das duas famílias da maior confiança do regente, para acompanhar o príncipe no Brasil, os Lobato e os Barros Leitão e Carvalhosa.

Com efeito, os Lobato e os Barros Leitão e Carvalhosa partilhavam um espaço comum na Corte e mantinham entre si laços familiares,

---

[84] RUBIO, MCMXX, p. 24. Citando *Memorias secretas de la Princesa del Brasil* (véase Caiilos Calvo: Anales históricos de la revolución de la América latina, acompañados de los documentos en su apoyo), 5 vol. Paris, 1864-7, tomo I p. 267.

[85] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Marco António de Azevedo Coutinho de Montaury, filho de João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury e de Francisca Mariana Sabina de Sousa e Silva (prima direita de Joaquim José de Sousa Lobato); PROTÁSIO, maio de 2018, p. 31, nota de rodapé nº 35: "(…) bisneto do ministro de Estado Marco António de Azevedo Coutinho fidalgo cavaleiro em 11 de novembro de 1808 e comendador da Torre e Espada em 1810. *(*Visconde de Baena*, Dicionário aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de fidalgos…),* p. 118."

[86] ASL - Anexos - Cota JOAJLOBATOP2D056. Ofício de João de Barros e Carvalhosa: "Ordem do Príncipe Regente D. João para se preparar para acompanhar D. Pedro, o Príncipe da Beira na sua viagem para o Brasil assistindo-lhe no serviço de Porteiro da sua Real Câmara." Paço da Ajuda, 9 de outubro de 1807; Manuscritos da Livraria da Torre do Tombo, vol. 56, fls. 102-101 [sic].

sucedendo-se, nos mesmos cargos no Paço. Quando a família real se instalou no Brasil, terão tido, inclusive, funções semelhantes, em cada um dos locais, Lisboa e Rio de Janeiro (como adiante veremos). Interessante, igualmente é saber que, em 1803, José Joaquim de Sousa Lobato e Manuel Francisco de Barros e Mesquita, os patriarcas de cada uma das famílias, se tornaram compadres pelo casamento do filho, Joaquim José de Sousa Lobato com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque (c. 18 de setembro de 1803)[87].

2.6. Bernardo José de Sousa Lobato – o copiador de correspondência de Junot para Bonaparte

Com o precipitar dos acontecimentos, a suposta viagem de D. Pedro não se concretizou e D. João, no dia 29 de novembro, retira-se para o Brasil com a família e a sua Corte, com Junot quase às portas de Lisboa. Na Nau Príncipe Real que transportou D. João e seus filhos, D. Miguel e D. Pedro, embarcou também o clã Lobato, o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e os seus filhos, à exceção de Bernardo José de Sousa Lobato, que, por problemas de saúde da esposa, Maria Rita de Araújo e Albuquerque, se manteve em Lisboa.

Com efeito, Bernardo José de Sousa Lobato (n. 1784 – m. 1837), o mais novo dos irmãos – escrivão da Real Câmara e da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil e também guarda-roupa do Rei não partiu para o Brasil. Achava-se assim na cidade, quando Junot e o seu exército entraram em Lisboa, no dia 30 de novembro de 1807, e, logo que encontrou condições para empreender a viagem, solicitou ajuda a um amigo – que prontamente o denunciou ao general Junot – para agilizar o transporte para o Brasil.

Foi, então, chamado à sua presença e interrogado sobre a viagem e as relações que supostamente mantinha com a Esquadra Inglesa, exigindo o conhecimento de toda correspondência nesse âmbito e também a que teria mantido com seus irmãos. De acordo com José Caetano Coutinho, Junot tinha conhecimento de uma missiva de seu irmão, Francisco José Rufino, escrita a bordo da Nau Príncipe Real[88]. Bernardo José respondeu a Junot de uma forma muito correta e só se terá exaltado quando o mesmo atacou a pessoa do príncipe

---

87 ASL - Documentos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de casamento de Joaquim José de Sousa Lobato com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, de que foram testemunhas/padrinhos o pai do noivo, José Joaquim de Sousa Lobato e Manuel Francisco de Barros e Mesquita, pai do 1º visconde de Santarém, guarda-roupas do Príncipe Regente.

88 Cf., COUTINHO, 1808, p. 48.

regente: "Passou por muito certo em Lisboa e até o ouvi a pessoas intimamente unidas ao Barão de Quintela, e que frequentavam a sua casa, que aquele fiel e honrado criado de Vossa Alteza quanto às perguntas que lhe diziam respeito, feitas pelo referido General, respondera a tudo com legalidade e desassombro para se justificar. Quando porém ele excedeu a interrogá-lo tratando a Vossa Alteza Real com menos decoro e sem aquele respeito e acatamento que devia consagrar-lhe, então ele se inflamara e lhe respondera com bastante acrimónia e actividade, repelido todo o ataque feito a Vossa Alteza Real."[89] Na sequência desta entrevista ficou preso na cadeia do Castelo de S. Jorge, sendo sujeito a vários interrogatórios e inclusive foi alvo de uma busca ao seu domicílio, aonde não se encontraram documentos incriminatórios.

O estado de preocupação de sua esposa levou-a a enviar uma missiva ao General Junot, nos seguintes termos:

> "Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor:
>
> A razão e o dever conduzem respeitosamente à presença de Vossa Excelência D. Maria Rita de Gouveia Araújo Lobato, a suplicar a liberdade de seu marido, que se acha preso no Castelo de S. Jorge e em segredo. A sagrada e inviolável promessa de protecção assegurada por Vossa Excelência a todos os portugueses deve verificar-se inteiramente. O Imperador dos franceses, o grande e incomparável Napoleão, não é representado por um General que deixe de o imitar nas virtudes como o imita no valor. Bernardo José de Sousa Lobato nunca foi delinquente, ainda que seja infeliz: a fortuna que lhe conciliou invejosos, não deixaria de lhe excitar inimigos. Ele é fiel às leis; respeita o Governo; bom marido; bom cidadão; é digno de melhor sorte. Poupe Vossa Excelência na liberdade do marido a vida da mulher, e veja o mundo que o grande Junot é digno comissário do grande Imperador."[90]

Não consta ter havido qualquer resposta de Junot a esta apresentação e Bernardo José esteve enclausurado cerca de um mês, "sendo necessário para a sua soltura toda a protecção e valimento do Conde da Ega."[91]

Surpreendente é saber que o copiador de correspondência de Junot para Napoleão Bonaparte e documentos esparsos da sua Secretaria, enviados para o Brasil por determinação régia, após a expulsão

---

89 MUNIZ, fls. 46.
90 MUNIZ, fls. 47.
91 COUTINHO, *1808*, p. 49.

deste General, foram transportados por mão própria por Bernardo José, em maio de 1809. Incluído nesse espólio seguiam também cartas do General Kellerman e uma relação dos indivíduos que assinaram a petição para o Imperador dos franceses.[92] Assim o testemunho do seguinte documento do ANTT:

> "Aproveitando a ocasião que nos oferece a partida do Guarda Roupa de Vossa Alteza Real, Bernardo José de Sousa Lobato, fazemos chegar às mãos de Vossa Alteza Real o copiador do General Junot, que lhe foi apreendido com outros papéis da sua Secretaria, junto lugar do Cercal, pelas [tropas] avançadas do exército do General Bernardim Freire de Andrada, que comandava o Major Sebastião Pinto de Araújo Correia, quando o mesmo General Junot passou por ali em direitura a Torres Vedras/para dar a batalha do Vimeiro. Tomámos a precaução de tirarmos cópia, que remeteremos a Vossa Alteza Real por 2ª via, para mais cautela." (fl. 11 f. - 11 ver). Assinado pelo Bispo e Patriarca Eleito, Marquês Monteiro-Mor, Francisco da Cunha Meneses, Francisco de Noronha e D. Miguel Pereira Forjaz."[93]

3. O retrato de família do 1º visconde de Santarém – ligações sociais e familiares

O célebre retrato da família do 1º visconde de Santarém, da autoria de Domingos António de Sequeira (fig. 6), evidencia o poder social e político de um grupo prestigiado e poderoso, no alvorecer do século XIX e, simultaneamente, perpassa um ambiente de harmonia familiar, que faz esquecer a querela criada à volta do casamento de D. Mariana Leocádia.

Sobre um elegante interior de linhas clássicas, o salão da casa em Lisboa de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1757 – m. 1818), está representada a sua segunda esposa e os seus cinco filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 – m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e seu irmão mais novo, e num quadro no interior da cena principal, os familiares ausentes no Brasil, o primogénito, filho do primeiro casamento e futuro 2.º visconde de Santarém e os seus tios, viscondes de Vila Nova da Rainha, Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa e Francisco José Rufino de Sousa Lobato.

---

92 Cf., MARTINS, 2007, pp. 300-301 e nos 74 e 75.

93 ANTT MNE Caixa 885, Macete 1809. Ofícios dos Governadores do Reino de Portugal, maio de 1809 ofício dos governadores do Reino, nº 1, de 31-5-1808, fl. 11 f-11 v).

O 1.º visconde de Santarém[94] e o visconde de Vila Nova da Rainha eram dois cortesãos que, de ambas as bandas do Atlântico, entre 1807 e 1818, desempenhavam cargos semelhantes nos círculos da privança e maior confiança do regente. Santarém, após a partida da Corte para o Brasil, passou a ter uma responsabilidade acrescida, como representante em Portugal do príncipe ausente, nomeadamente nas funções de secretário da Casa do Infantado, de inspetor dos Paços Reais e da Quinta de Belém, da obra do Palácio da Ajuda, que dirigiu de 1802 até ao seu falecimento, em janeiro de 1818, cabendo-lhe garantir a boa prossecução dos trabalhos de construção e a comunicação regular de todos os assuntos ao regente.

Nas suas funções de administração e direção das obras do Palácio da Ajuda, conduzia os executantes que se entregavam à parte mais estrutural do edifício, bem como os que se ocupavam na realização de obras de arte.



Fig. 6 – Retrato da familia do 1º visconde Santarém

[94] Visconde de Santarém, por mercê do Príncipe Regente D João, decreto de 17 de dezembro de 1811.

Domingos Sequeira tinha o cargo de primeiro-pintor da Câmara e Corte[95], tendo partilhado a direção das obras de pintura, entre meados de 1802 e 1805, com Vieira Portuense até à morte deste último, em 1805, e individualmente a partir dessa data, até que em 1809 foi afastado da sua atividade por ter sido acusado e preso por suspeita de colaboração com os franceses[96], questão que acabou por se resolver em setembro desse mesmo ano. Continuou, contudo, a executar trabalhos para amigos e mecenas, como é caso do barão de Quintela ou o barão de Sobral. A encomenda da pintura desta família a Domingos Sequeira faz-nos supor que, apesar do incidente ocorrido, o visconde o terá continuado a apoiar, reconhecendo o seu grande talento e a qualidade das suas obras.

Este é, nas palavras de Alexandra Markl: "(...) um invulgar documento, que nos permite compreender as suas origens familiares e abordar as relações desta família bem posicionada nos meios da Corte e estreitamente ancorada ao poder" [97] e uma peça singular, existindo apenas outra imagem semelhante: "(…) a única imagem que se lhe compara, no interior da iconografia portuguesa, é o bem conhecido enlaçamento que une o marquês de Pombal aos seus dois irmãos, representados no palácio da família, em Oeiras."[98]

4. O regresso de D. João VI a Portugal

A receção a D. João VI, após o seu desembarque no dia 4 de julho de 1821, foi minuciosamente planeada e todas as precauções foram tomadas, sobretudo no que respeita aos elementos "indesejáveis" que compunham a sua camarilha, de acordo com o estabelecido pela Ordem das Cortes, de 3 de julho de 1821, dirigida ao conde de Sampaio, presidente da regência: "(…) acompanhado de várias pessoas, que têm incorrido na indignação publica, por serem geralmente conhecidas por autores das desgraças da sua pátria (…)", determinou que fosse proibido "(…) que semelhantes pessoas desembarquem, e

---

95 Decreto de 28 de julho de 1802.

96 Essa colaboração alude a um caso da entrada de um cavalo na sala do trono, para ser servir de modelo à execução do retrato equestre, de um oficial francês. Cf., Nota de MARKL, Alexandra Gomes, citando HOLSTEIN, Marquês de Sousa, 1874 "Domingos António de Sequeira". In *Artes e Letras*, 3.ª série pp. 182-185.

97 MARKL, "Uma família de poder e cultura. Em torno do retrato da família do 1.º Visconde de Santarém de Domingos Sequeira". In *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)*, PROTÁSIO (Org.), 2019, p. 123.

98 Idem, ibidem, p. 126.

venham assim perturbar o público regozijo, com que Sua Majestade é esperado pelo heroico povo português."[99]

Os indivíduos abrangidos por aquela disposição foram o conde de Palmela, o conde de Parati, o ex-ministro Tomás António de Vila Nova Portugal, Rodrigo Pinto Guedes, Francisco Bento Maria Targini, o visconde do Rio Seco, os monsenhores Miranda e Almeida e João Severiano Maciel e os Lobatos, guarda-roupas da casa real (Matias António, Joaquim José e Francisco José Rufino de Sousa Lobato). O lugar de destino ficava ao critério do governo conforme ordem das Cortes de 9 de julho do mesmo ano: "(…) com tanto que não diste menos de vinte léguas de Lisboa, e dez da costa marítima, por assim convir à pública segurança."

Assim, o visconde Vila Nova da Rainha foi enviado para a então vila do Cartaxo[100], o conde de Paraty para Tomar e o próprio conde de Palmela, "(…) o mais illustre dos aristocratas Portuguezes, que tinha representado tão dignamente o seu paíz no Congresso de Vienna, que, já naquella época, passava em toda a Europa, por um homem verdadeiramente constitucional (..)"[101] para a Vila de Borba.

Seu irmão, Joaquim José de Sousa Lobato, desembarcando em Lisboa um mês depois, no dia 4 de agosto de 1821, também ele, como guarda-roupa de D. João VI, foi intimado a cumprir a Ordem das Cortes de 9 de julho, na sequência da qual elabora um requerimento expondo que por se encontrar:

> "(…) sumamente abatido de forças por ter padecido durante a viagem de grandes enfermidades (…)" e portanto: "(…) impossibilidade de cumprir imediatamente a ordem que lhe foi intimada (…)" lhe seja concedido a possibilidade de residir num local: "(…) que seja mais cómodo à sua triste situação e onde se possa curar."
>
> O requerimento foi aceite pelas Cortes, a 9 de agosto de 1821, e foi ordenado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres: "(…) que se lhe conceda o suficiente espaço de tempo para tratar da sua saúde até que possa tomar o destino conforme a sobredita ordem [de 9 de Julho de 1821] (…)".[102]

Os irmãos Lobato, não obstante terem sido afastados, inicialmente, de D. João VI, continuam a usufruir do seu valimento após os

---

99 AHP - PT-AHP/CGE/CPET/S2/D397.
100 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.
101 BARRETO, 1928, pp. 237-238.
102 AHP - PT-AHP/CGE/CPET/S2/D397.

acontecimentos da Vila-Francada e da queda do regime liberal vintista. O visconde de Vila Nova da Rainha, em 23 de outubro de 1823 recebe, por carta régia, a mercê do Mouchão de Esfola Vacas no Cartaxo, que fazia parte dos Bens retornados à coroa: "Mercê da Propriedade de todo o Terreno Mouchão, denominado Esfolla Vaccas para gozar livremente logo que finde o seu arrendamento conservadas para as Reais manadas, sendo necessárias, as pastagens constantes do Aviso de 14 de Abril de 1810, como milhor n'ella se declaram (…)"[103]

Por decreto de 24 de abril de 1821 (apenas dois dias antes da partida para Lisboa), tinha ascendido, ainda no Rio de Janeiro a tenente-general e, estando em falta os ordenados do referido posto, requer a regularização da situação, o que veio a acontecer por aviso, de 24 de julho de 1823, endereçada à 2ª divisão do Ministério da Guerra pelo conde de Subserra, ministro do Reino: "Sua majestade ordena q. à avista da patente do posto de Tenente General dos Reaes Exercitos, que apresentar o Visconde de Vila Nova da Rainha, se abone com a diferença de soldo que tiver deixado de receber e o que para o futuro o continue a abonar na razão daquele posto que lhe foi conferido (…).[104]".

Ainda antes do seu falecimento, D. João VI mandou publicar um decreto, rubricado por D. Isabel Maria e por José Joaquim d' Almeida e Araújo Correia de Lacerda, datado de 1 de março de 1826, fazendo mercê ao visconde de Vila Nova da Rainha de todas as: "Honras, Prerrogativas e Distinções que pertencem aos officiaes Móres da Minha Caza, para as gozar e manter como os referidos officiaes Móres Minha Caza."[105]

5. As fações liberal e absolutista em confronto – a guerra civil

O fogo cruzado entre liberais e absolutistas não dá tréguas a D. João VI, que, em grande instabilidade política, económica e social, vê o Brasil avançar para a independência (7 de setembro de 1822) e a metrópole em grande convulsão, com os movimentos contrarrevolu-

---

[103] ASL - Anexos - Cota FRANLOBATOP1D003.
[104] AHM - Caixa nº 49.
[105] ASL - Anexos - Cota: FRANLOBATOP1D004 – Cópia assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Morais.

cionários da Vila-Francada (27 de maio de 1823) e da Abrilada (30 de abril de 1824) a tentarem repor a velha ordem, encabeçados por D. Miguel e D. Carlota Joaquina. Na sequência da Abrilada, D. Miguel é enviado por seu pai para o exílio, em Viena de Áustria, aonde permaneceu durante quatro anos até 3 de setembro de 1827.

O falecimento de D. João VI, em 10 de março de 1826, desencadeia o complicado processo de sucessão (atrás descrito). D. Isabel Maria exerce a regência desde a morte do pai até 1828, momento em que a entregou ao seu irmão D. Miguel, que de volta a Portugal faz letra morta do que estava acordado. Após as Cortes, em que foi aclamado Rei, inicia-se a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), que termina com a Convenção de Évora Monte, em 26 de maio de 1834.

Neste contexto, o clã familiar dos Lobatos continua a merecer a confiança da família real. Assim, Francisco José Rufino conserva o seu posto de porteiro da Real Câmara[106] durante a regência de D. Isabel Maria, tal como o seu irmão, Joaquim José, que fora designado por D. João VI porteiro da Real Câmara em substituição ou nos impedimentos do irmão[107]. Joaquim José desempenha, assim, o cargo na câmara de D. Isabel Maria e, mais tarde, após o falecimento de Francisco José Rufino (m. 5 de maio de 1830) foi servir D. Miguel.[108]

Francisco José Rufino, visconde de Vila Nova da Rainha foi ainda Secretário da Fazenda da Casa do Infantado[109], a partir de 1824, sucedendo ao visconde de Santarém, como podemos verificar pelo copiador de correspondência (ANTT) com textos por ele assinados respeitante aos negócios dessa casa[110].

De resto, os irmãos Lobato viram confirmados os benefícios – que detinham em Portugal e os que receberam no Brasil – quando regressaram à metrópole, pelo próprio D. João VI e depois pela Infanta D. Isabel Maria e por D. Miguel.

---

106 Titular, a partir de 29-11-1807.

107 ASL - Anexos - Cota: JOAJLOBATOP2D059

108 Joaquim José de Sousa Lobato (2º visconde Magé), substituto, "nos impedimentos de seu irmão visconde de Vila Nova da Rainha [...] e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício", 3 de Março de 1826. Desempenhou o cargo na câmara da infanta regente D. Isabel Maria e de D. Miguel, após o falecimento de visconde de Vila Nova da Rainha, a 5 de maio de 1830.

109 D. Pedro IV, por Decreto de 18 de março de 1834, extingue a casa e os bens foram integrados na Fazenda Nacional, à exceção dos palácios destinados à realeza: Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e Murteira.

110 ANTT - Copiador de correspondência do visconde Vila Nova da Rainha, PT/TT/CI/D/012/ /0001 a PT/TT/CI/D/012/0007

Quando D. Miguel convoca, em julho de 1828, os Três Estados, para governar de acordo com a constituição histórica (conforme estudo levado a cabo pela junta para a reforma eleitoral), segundo os usos e estilos da Monarquia Absoluta, teve o suporte da maioria da nobreza portuguesa, e os irmãos, visconde de Vila Nova da Rainha, Francisco José Rufino, representado por António José Guião, clérigo e futuro ministro de D. Miguel, e o 2º visconde de Magé, Joaquim José, encontram-se entre os que assinaram o documento das Assinaturas do Assento dos Três Estados[111] . Bernardo José, irmão dos viscondes de Magé e Vila Nova da Rainha, enquanto escrivão da real Câmara do Desembargo do Paço e notário público do reino, foi o redator do auto de abertura dos Três Estados, de 23 de Junho de 1828, bem como o "Assento dos Três Estados", de 11 de julho de 1828.[112]

Também os filhos do 2º visconde de Magé (fig. 3) abraçaram a causa absolutista, lutando nos exércitos de D. Miguel. José António de Sousa Lobato iniciou a sua carreira como oficial de infantaria, foi depois promovido a alferes, em 12 de dezembro de 1833 e alcançou o posto de tenente a 27 de abril de 1834[113]. Fazia parte do corpo militar abrangido pela capitulação da praça de Castelo de Vide, em maio de 1834, ao General José Ramón Rodil y Campillo[114 e 115].

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato pertenceu, tal como o irmão, às tropas de D Miguel, teve o posto de cadete em Cavalaria nº 7, onde entrou em 5 de agosto de 1831. Em 10 de outubro de 1833 sofreu um ferimento no peito[116], no campo de batalha, e em 28 de novembro de 1833 foi promovido a alferes. Em 12 de março de 1834, recebeu a patente de tenente pertencendo, nessa altura, ao regimento de Cavalaria nº 10[117]. Como ajudante de campo do General Lemos

---

111 Cf., LOUSADA; FERREIRA, 2006, Anexos, p. 304.

112 *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza / coord. Câmara dos Senhores Deputados*, - Lisboa, Imp. Nacional, 1883-1891, vol. V, pp. 716, 726, 773, 776 e777.

113 CARRILHO, 2002, 1ª ed. 1856, p. 41 e ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

114 General José Ramón Rodil y Campillo, militar e político espanhol, que ficou conhecido na história portuguesa por comandar as forças militares espanholas, que ao abrigo da Quádrupla Aliança, entraram em Portugal, em 1834, para apoiar os liberais na Guerra Civil Portuguesa.

115 ASL - Anexos - Cota: JOSELOBATOP1D006. Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.

116 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D001.

117 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D004 CARRILHO 2002, 1ª ed. 1856., p. 18.

(impedido)[118] esteve em Évora Monte. Nada aceitou do Constitucionalismo embora para isso fosse solicitado pelo próprio D. Pedro IV, seu padrinho de batismo e de quem era homónimo em sua honra[119].

Ambos os irmãos, quando a Guerra Civil terminou, tiveram que arcar com as consequências de pertencerem ao lado dos vencidos, como o seguinte documento existente no ASL faz prova[120]:

> "Intimação por pertencer ao exército do usurpador:
> O Prefeito da Província da Estremadura, Encarregado da Polícia Geral do Reino, etc.
> "Attesto que Pedro de Alcântara de Sousa Lobato, que foi tenente do Exército do usurpador, natural de Lisboa[121] solteiro de idade de 20 anos, apresentou-se hoje, nesta Prefeitura e declarou ir residir para a Rua dos Cardais de Jesus nº 43 e 44, foi intimado para se apresentar no Provedor do Distrito no espaço de 24 horas. Lisboa, 2 de Junho de 1834."
> Assinado por: O Secretário-Geral Francisco Luís de Gomes Pimenta"

CONCLUSÃO

Como nota final gostaríamos de relembrar que a esta investigação nasceu do estudo da produção documental da família Sousa Lobato, que nos despertou o desejo de estudar os seus protagonistas (os irmãos Lobato), cuja ação se desenvolveu, sobretudo, nos períodos de regência e reinado D. João VI, nas décadas de 1790 a 1830, no serviço da família real, concretamente no seu universo íntimo e familiar, tornando-se verdadeiros validos de D. João VI, transcendendo a esfera doméstica e conquistando larga influência nos domínios da política e até da diplomacia do Reino.

---

118 "José António de Azevedo Lemos Pereira, Vilar - Vila do Conde, (n.1 de Outubro de 1786 -, m. 16 de fevereiro de 1870, Lisboa) foi um militar português que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa como um dos principais comandantes das forças afetas a D. Miguel I de Portugal. Teve papel importante no Cerco do Porto e foi o último comandante-em-chefe das forças absolutistas, condição em que foi obrigado a assinar a Convenção de Évora Monte como representante do partido miguelista". Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_de_Azevedo_Lemos* (visto em julho de 2020).

119 *Livro dos índices da Mordomias da Casa Real*, 9/118; AFFONSO, VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, 1933, vol. II p. 183 e ASL - Apontamentos manuscritos diverso e relação de certidões.

120 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D005.

121 Na verdade nasceu no Rio de Janeiro, em 1814.

Os elementos desta família, não obstante não pertencerem ao grupo estrito da primeira nobreza (os Grandes do Reino), foram proficuamente agraciados com bens da coroa e Ordens e três dos seus membros ascenderam a titulares, alcandorados no percurso inicial do seu patriarca (José Joaquim de Sousa Lobato), o que lhes permitiu a consolidação do seu papel social na sociedade de então. Seguindo uma lógica própria do seu tempo, assiste-se à acumulação de sucessivas mercês régias que os levam a um lugar de destaque na hierarquia social, que vão perpetuar nos seus familiares, como é visível nos contratos de renúncia de funções, em favor dos primogénitos, de suas esposas e de irmãos para irmãos.

As alianças matrimoniais, como forma de acréscimo e consolidação do seu *status quo*, foram fundamentais para esta família, desde logo com o casamento do patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato, com a açafata da Rainha D. Mariana de Áustria. A partir de então, há uma clara preocupação nas escolhas matrimoniais, procurando também, mas não só, a consolidação das redes de solidariedade e de aliança política, como é o caso da união com a família do visconde de Santarém; representada pelo casamento do visconde de Vila Nova da Rainha com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa, irmã do 1º visconde de Santarém.

Os irmãos Lobato, no seu conjunto, tinham, assim, um lugar exclusivo no círculo da máxima estima e confiança de D. João VI e dos filhos que se lhe seguiram na governação, D. Isabel Maria e D. Miguel. Se o visconde de Vila Nova da Rainha é o mais conhecido da historiografia produzida, os outros irmãos terão assegurado também um espaço, não de somenos importância, como ficou provado ao longo do presente artigo.

A adesão à causa Miguelista bem como a implantação do liberalismo, que se consumou no desaparecimento de grande parte dos privilégios da nobreza, terão ditado o percurso final desta família como nobreza da Corte. A partir do reinado de D. Miguel, já não exercem cargos palatinos e estabelecem laços matrimoniais, concretamente as senhoras, com a nobreza da província.

É ainda nossa convicção que este estudo nos permitiu, por um lado, tornar inteligível e contextualizar a produção documental do ASL, e, por outro, proporcionou-nos as premissas para compreender a construção e o alcance da influência deste clã familiar no seio do poder monárquico da sua época.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

– Arquivo da família Sousa Lobato.

– Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:

– Registo Geral de Mercês e Chancelaria Régias de D. Maria I e D. João VI.

– Habilitações de Ordens Militares e de Cristo.

– Livro dos índices da Mordomias da Casa Real.

Bibliografia

– ANDRADE, Santiago Silva de, "De família para família: serviço régio e relações familiares no espaço doméstico da Casa Real Portuguesa (1808-1821)", In *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina,* 2005.

– BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d' Alorna, ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, parte primeira e segunda (1802 a 1824)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

– BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*, Alfragide, Ediclube, 1997 (ed. orig. 1912).

– BLUTEAU, Rafael, 1712-1721, *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Comíco, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialetico, & Autorisado com os Exemplos dos Melhores Escriptores Portugueses e Latinos; Offerecido a El Rey D. João V*, 8 vols. Coimbra, 1727-1728.

– CARRILHO, Luiz Pereira, *Os oficiais d'El-Rei Dom Miguel*, Lisboa, Edições Guarda-Mor, 2002 (1ª edição 1856).

– CAVALHEIRO, Rodrigues, 1936, A «Conspiração dos Fidalgos» segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa publicado e prefaciado por Rodrigues Cavalheiro», Lisboa, Imprensa Baroeth, 1936.

– COSTA, Coronel António José Pereira da (coord.), *Os Generais do Exército Português* 2005, II Volume, II Tomo, Lisboa, Biblioteca do Exército, nº 19-081.

– COUTINHO, José Caetano da Silva, *Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1808.

– GALVÃO-TELLES, João Bernardo, "Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1837)". In *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*, Porto, 2006.

– HORTA, Maria Teresa, *As luzes de Leonor*, 7ª edição, Alfragide, Publicações D. Quixote, fevereiro de 2013.

– LIMA, Manuel de Oliveira, *D. João VI no Brasil, 1808-1821*, Rio de Janeiro, ACD, Editores, 2008 (ed. orig. 1909, 2ª ed. 1945).

– LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2006.

– MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos, *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

– MARTINS, Ana Canas Delgado, *Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil,* Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*,* 2007.

– MARKL, Alexandra Gomes, "Uma família de poder e cultura. Em torno do retrato da família do 1.º Visconde de Santarém de Domingos Sequeira". In *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856),* Daniel Estudante Protásio (Org.), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019.

– MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª Edição revista, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

– MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2006.

– MONTEIRO, Tobias, *História do Imperio: a Elaboração da Independência,* Rio de Janeiro, Briguiet, 1927.

– MUNIZ, Domingos Alves Branco, "*Memoria dos Successos acontecidos na Cidade de Lisboa – Desde 29 de Novembro de 1807 athé 13 de Fevereiro de 1808".* In Biblioteca Pública do Rio de Janeiro I-13-4- nº7.

– NEVES, Guilherme Pereira das, *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e Clero Secular no Brasil, 1808-1828,* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

– PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, *D. João VI – O Clemente*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009.

– PEREIRA, Ângelo, *D. João VI, Príncipe e Rei,* 4 tomos, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958.

– PEREIRA, Sara Marques, *D. Carlota Joaquina Rainha de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, março de 2008.

– PROTÁSIO, Daniel Estudante, *2º Visconde de Santarém (1791-1856) – Uma Biografia Intelectual e Política*, Lisboa, Chiado Books, maio de 2018.

– RODRIGUES, Abel, *Entre o Público e o Privado: A Génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Dissertação de Mestrado, Braga, UM, 2007.

– RUBIO, Julián María, *La Infanta Carlota Joaquina y La Política de España en América (1808-1812)*, Madrid, Biblioteca de Historia Hispano-Americana, Imprenta de Estaxislao Maestre, MCMXX.

– SCOTT, Hamish, "*The rise of the first minister in the Eighteenth-century Europe*". In T.C.M. Blaningand David Cannadine, 1996, History and Biography, Essays in honour of Derek Beales, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 21-52.

– SETÚBAL, Paulo, *As Maluquices do Imperador*, Unama – Universidade da Amazônia – NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA Belém – Pará: *http:// www.portugues.seed.pr.goverbr/arquivos/File/leit_online/paulo_setuba3.pdf.*

– SILVA, Maria Beatriz Nizza, *Ser nobre na Colônia*, Copyright Date: 2005, Published by: SciELO – Editora UNESP, DOI: 10.7476/9788539303410.

– SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este Reino desde 1777 até 1834*, 19 volumes – Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

– SUBTIL, José, "Pombal, Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?". In *Ler História 60/2011,* pp. 53-69.

Dicionários e Nobiliários

– AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia Pax, 1933.

– BAENA, Sanches de, Visconde de, *Diccionario Aristocrático que contem todos os Alvarás de Foros de Fidalgos da Casa Real desde 1808 até Septembro de 1822*, Lisboa, Tipografia Panorama, 1867.

– Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza/coord. Câmara dos Senhores Deputados- 8 v. Lisboa, Imprensa Nacional, 1883-1891.

– GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal,* Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Afonso, *Braga*, 1938-1941.

– *Dicionário Aristocrático contendo os Alvarás dos Foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros das Mercês*, Tomo I A-E, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

– TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco, *Dicionário Aristocrático*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

– ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins *Nobreza de Portugal e do Brasil, Vol. I e Vol. III*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

SIGLAS E ABREVIATURAS:

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

AD. – Arquivos Distritais

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ASL – Arquivo Sousa Lobato

c. – casamento

cap. – capítulo

cf. – conforme, conferir

coord. – coordenação

dir. – direção

ed. – edição

m. – morte

n. – nascimento

org. – organização

cont. – continua

ANEXOS – Relação dos documentos Sousa Lobato

– José Joaquim de Sousa Lobato

– Matias António de Sousa Lobato

– Joaquim José de Sousa Lobato

  - José António de Sousa Lobato

  - Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

– Francisco José Rufino de Sousa Lobato

José Joaquim de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1760/11/26	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Oficio de Escrivão da Ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e Inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila. Mercê do Infante D. Pedro.	JOSJLOBATOP1D001	
1795/10/27		Apostila	Separação, ordenada pelo Príncipe D. João, dos Oficios de Escrivão e de Inquiridor da Vila da Feira, permanecendo a de Escrivão na posse de José Joaquim.		
1777/06/14	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda Roupa. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D002	
1785/09/02	Lisboa	Carta Régia	Hábito da Ordem de Cristo. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D003	
1785/09/10	Lisboa	Alvará	Faculdade de poder nomear serventuário do Oficio de Escrivão da Ouvidoria da Vila da Feira. Mercê de D. Pedro III.	JOSJLOBATOP1D004	
1793/01/11	Lisboa	Carta Régia	Propriedade e posse do Oficio de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D005	
1800/02/10	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Oficio de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D006	
1801/07/28	Lisboa	Conta Corrente	Obras feitas em casas da Quinta (Prazo) da Azenha em Porto Brandão.	JOSJLOBATOP1D007	Duas contas correntes e um recibo.
1810/07/03	Lisboa	Sentença	Sentença nº 32. Dívida a Fábrica de Pão em Campo de Ourique.	JOSJLOBATOP1D008	
1829/02/19	Lisboa	Pública forma	Propriedade do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Oficio de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D009	Por Alvará do Princípe Regente D. João, em 10 de Fevereiro de 1800.
			Propriedade e Auto de Posse e Juramento do Oficio de Escrivão das Mesa Grande da Alfândega de Lisboa.		Auto de Posse em 20 de Fevereiro de 1800.

Matias António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1785/09/22	Lisboa	Alvará	Fidalgo Cavaleiro. Mercê de D. Maria I.	MANTLOBATOP1D001	
1798/07/12	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda-Roupa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D002	
1799/04/18	Lisboa	Alvará	Oitenta mil reis de ordenado anual com a ocupação de Moço da Camara da Guarda Roupa, pagos pela Fazenda da Casa de Bragança. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D003	
1805/09/04	Lisboa	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, com o rendimento de cento e oitenta mil reis até duzentos. Não obstante não ter ainda a posse da dita Comenda é facultado o uso a insígnia de Comendador. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D004	Assinado pelo Conde de Vila Verde.
1806/08/19	Lisboa	Alvará	Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D005	
1807/08/18, 1812/08/25 e 1815/02/03	Mafra, Rio de Janeiro e Santa Cruz	Carta	Três cartas de foro particular, do Príncipe Regente D. João, dirigidas a Matias António e um bilhete de resposta.	MANTLOBATOP1D006	
1809/04/02	Rio de Janeiro	Certidão	Matricula de Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo a título da Comenda dos Dízimos da Herdade da Vargem da Ordem de S. Tiago, cumprindo ordens do Príncipe Regente D. João, em Lisboa, 19 de Agosto de 1806.	MANTLOBATOP1D007	Certidão pelo Monsenhor Almeida.
1809 a 1819	Lisboa		Contas Correntes demonstrativas dos rendimentos e despesas da Alfândega Grande de Lisboa dos anos de 1810 a 1817.	MANTLOBATOP1D008	Informação respeitante às Marcas da Alfândega Grande de Lisboa e produzida pelos serventuários e Procuradores do Visconde de Magé, João Pedro Groot da Silva Pombo e André Silvério Rosa.
		Pública forma	1-Faculdade para nomear novos serventuários no Oficio de Escrivão das marcas da Alfândega Grande de Lisboa, concedido a Pedro António Virgolino, por Alvará de 9 de Dezembro de 1748 e Alvará com salva, de 9 de Dezembro de 1756. 2- Emolumentos do Oficio de Escrivão da mesma Alfândega, por Alvará de 13 de Fevereiro de 1750. 3-Emolumentos que sempre foram pagos ao referido oficio de Escrivão		
1810/05/05	Lisboa	Pública forma	Provisão para dar posse dos Foros de S. João de Rei a Matias de Sousa Lobato, não obstante o Alvará não se apresentar ainda completo. Lisboa, 28 de Janeiro de 1810.	MANTLOBATOP1D009	Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso.
1810/03/21	Lisboa	Pública forma	Auto de Posse dos Foros de S. João de Rei em 14 de Fevereiro de 1810. S. João de Rei, Guimarães.	MANTLOBATOP1D010	
1810/05/21	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Barão de Magé em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D011	
1810/10/09	Rio de Janeiro	Recibo	Compra que fez de uma morada de casas sitas na Vila de Magé.	MANTLOBATOP1D012	
1810/11/25	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D013	Por decreto de 1 de Agosto de 1807.
1810	Lisboa	Conta Corrente	Resumo do rendimento das Marcas da Alfândega do Tabaco no ano de 1810.	MANTLOBATOP1D014	
1811/11/24	Lisboa	Escritura	Quitação do empréstimo contraído por José Joaquim Sousa Lobato e Maria Joana Teresa de Hering (seus pais), junto de Domingos Mendes Dias, homem de negócio da Praça de Lisboa e respectivo distrate de hipoteca do Prazo da Azenha em Porto Brandão.	MANTLOBATOP1D015	Junto a este documento está a escritura do empréstimo - Documento de Obrigação -
1812/01/10	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Visconde de Magé, em sua vida, além de outra. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D016	
1813/06/19	Guimarães	Carta	Carta que anexa memória relativa a redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D017	Remetente: Cópia de carta do Provedor de Guimarães, Francisco Barroso.
1813/08/20	Guimarães	Memória	Sobre doações realizadas, regalias e rendimentos dos Donatários, abusos dos Foreiros, Sentença proferida e proposta de reduzir a Prazos em Vidas.		Duas Memórias idênticas.

Matias António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1813/07/24	Lisboa	Requerimento	Pedido ao soberano de redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D018	
1813/08/28	Verim - S. João de Rei	Carta	Exposição sobre o estado das rendas e Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D019	Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis.
1813 a 1819	Rio de Janeiro e Lisboa	Letras de Câmbio	Várias letras e um recibo.	MANTLOBATOP1D020	
1814/02/08, 1814/02/20 e 1814/03/14	Guimarães	Carta	Duas cartas relativa aos Senhorios de S. João de Rei e de Terras de Bouro e uma terceira solicitando um favor.	MANTLOBATOP1D021	Remetente: Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso. Duas cópias e um original.
1814/01/25	Braga	Pública forma	Senhorio e Direitos Reais do Senhorio de Terras de Bouro.		Foral do Rei D. Manuel I em Lisboa, 20 de Outubro de 1514.
1814/04/24	Verim - S. João de Rei	Carta	Informações sobre os Foros e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis. Cópia.
1814/04/30	Barcelos	Pública forma	Provisão por onde se tomou posse para a Coroa do Senhorio e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Provedor da Comarca de Viana.
1816/04/06	Lisboa	Pública forma	Renúncia do Ofício de Escrivão da Correição da Vila da Feira do seu proprietário Matias António de Sousa Lobato em João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real.	MANTLOBATOP1D022	Certidão da Junta da secretaria da Casa do Infantado em 29 de Junho de 1814.
1817/01/22	Rio de Janeiro	Alvará	Licença para celebrar o seu casamento com Maria Carlota da Gama e Freitas Berquot. Aprovado por D. João VI.	MANTLOBATOP1D023	
1817/04/10	Rio de Janeiro	Recibo	Recibo de um conto de réis que fez entregar na Tesouraria do Real Erário para as urgências de Estado.	MANTLOBATOP1D024	
1817/12/13	Lisboa	Provisão	Prorrogação por três anos no ofício de Tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nos Bispados de Coimbra e Aveiro.	MANTLOBATOP1D025	Provisão do Monsenhor Ferreira Gordo.
1818/01/28	Rio de Janeiro	Carta	Participação para se achar presente no Acto de Aclamação do Rei D. João VI, no dia 6 de Fevereiro de 1818.	MANTLOBATOP1D026	
1823/12/02	Lisboa	Carta Régia	Tença de cinquenta mil réis pelo título de Visconde de Magé, com assentamento no livro das tenças do Almoxarifado de Évora. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D027	
1824/01/01	Lisboa	Contrato	Contrato entre o Visconde de Magé e André Silvério Rosa em que este último recebe os rendimentos dos dois ofícios de que é proprietário o primeiro, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Açúcar e Escrivão das Marcas, assim como a cobrança relativa aos Foros de S. João de Rei e o recebimento do rendimento da Comenda da Herdade da Vargem.	MANTLOBATOP1D028	
1825/04/12	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João. Auto de Posse em 14 de Fevereiro de 1810. Duas pública formas.	MANTLOBATOP1D029	Alvará do Príncipe Regente D. João, em 20 de Dezembro de 1807.
1825/04/29	Lisboa	Alvará	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Alvará, com salva, por extravio do anterior de 20 de Dezembro de 1807. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D030	
1825/09/10	Rio de Janeiro	Carta	Carta sobre os negócios do Visconde de Magé no Brasil.	MANTLOBATOP1D031	Remetente: João Maria da Gama Freitas Berquó (Marquês de Cantagalo).
1826/01/24	Lisboa	Requerimento	Nota de confirmação do requerimento do Visconde de Magé, junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo à perda do emprego de Escrivão da Real Câmara do Rio de Janeiro	MANTLOBATOP1D032	
1827/11/27	Lisboa	Auto de Penhora	Auto de penhora dos bens após o seu falecimento. Relação dos bens e folha de receitas/despesas elaborada por seu irmão Joaquim José de Sousa Lobato.	MANTLOBATOP1D033	Cópias.

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1796 a 1811	Lisboa e Rio de Janeiro	Documento	Manuscritos dos pareceres no Conselho de Fazenda no Rio de Janeiro e em Lisboa. Relativas à organização e fiscalização da Alfândega e assuntos relativos. Entre esses manuscritos dois mapa de rendimentos da Alfândega do Rio de Janeiro anuais do ano de 1796 a 1810 e mensais de Março de 1808 até Março de 1811.	JOAJLOBATOP1D001	Vários manuscritos.
1803/04/09	Baía	Certidão	Registo da conta das Esmolas dos Legados e listagem dos devedores da Bula da Santa Cruzada da Baía.	JOAJLOBATOP1D002	Dois documentos idênticos.
1804/08/14	Lisboa	Carta Régia	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatú. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D003	
1804/08/30	Lisboa	Carta Régia	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D004	
1804/09/22	Lisboa	Pública forma	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatú. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D005	Alvará de 14 de Março de 1804 e Carta Régia de 14 de Agosto de 1804.
1804/11/16	Lisboa	Carta Régia	Moço da Camara da Guarda Roupa, com seis centos réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Mercê de D. Maria I.	JOAJLOBATOP1D006	
1805/01/06	Lisboa	Patente	Patente de aceitação nº 1085 como irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa.	JOAJLOBATOP1D007	
1805/08/28	Lisboa	Certidão	Pedido de certidão respeitante ao preço pelo que foram arrematados os ofícios de Primeiro e Segundo Tabelião e Almotaçarias da Vila de Paracatú do Príncipe.	JOAJLOBATOP1D008	
1806/03/26	Lisboa	Carta	Licença para celebrar atos religiosos no Oratório da residência pelo Arcebispo de Lacedemónia, D. António Caetano Maciel Calheiros.	JOAJLOBATOP1D009	
1808/11/04	Rio de Janeiro	Procuração	Procuração ao Padre José Ribeiro de Carvalho, assistente na cidade de Angra do Heroísmo, na administração da Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher no Cabo da Praia, Ilha Terceira.	JOAJLOBATOP1D010	
1808/09/01	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de Escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Real Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Souza Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D011	
1808/12/23	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de Escrivão da Fazenda com o ordenado anual de 1000$000 réis. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D012	
1809/02/18	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOP1D013	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/01/24	Rio de Janeiro	Aviso	Comendador Honorário da Ordem de Torre e Espada que vagou por falecimento do seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D014	Cópia do Aviso do Príncipe Regente.
1810/01/31	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOP1D015	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/04/30	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D016	
1810/05/07	Lisboa	Carta Régia	Título de Conselheiro de Capa e Espada do Conselho de Fazenda sem vencimento. Mercê do Príncipe Regente D. João. Posterior Apostila (ver abaixo), em Lisboa, em 30 de Agosto de 1823, estabelecendo o efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego.	JOAJLOBATOP1D017	
1810/09/19	Lisboa	Pública forma	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D018	Por Carta Régia do Príncipe Regente D. João em 30 de Agosto de 1804.

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1811/11/20	Rio de Janeiro	Carta	Carta do Conde Linhares a aprovar as Memórias - Documento elaborado por Joaquim José.	JOAJLOBATOP1D019	
1817/04/15	Rio de Janeiro	Recibo	Dom gratuito de duzentos e quarenta mil réis para as urgências do Estado.	JOAJLOBATOP1D020	
1817/06/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Faculdade concedida para poder renunciar da pensão de duzentos mil réis do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha por seu falecimento.	JOAJLOBATOP1D021	Por decreto do Rei D. João VI, no Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1816.
			Renúncia da Pensão de duzentos mil réis do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu falecimento.		Carta assinada por Joaquim José.
			Propriedade do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Ofício de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.		Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de Fevereiro de 1800.
1818/02/27	Rio de Janeiro	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, por uma vida, para se verificar em seu filho primogénito, José António de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI no dia da sua aclamação.	JOAJLOBATOP1D022	Decreto do Rei D. João VI de 6 de Fevereiro de 1818.
1820	Rio de Janeiro	Parecer	Parecer elaborado por Joaquim José, como Conselheiro e Escrivão da Fazenda, para aprovação Real, contendo informações necessárias para pôr em execução o determinado no Alvará de 25 de Abril de 1818, sobre o estabelecimento e arrematações das Companhias privadas de trabalhadores, ao serviço da Alfândega da Corte... Regimento a aplicar a essas companhias. Resolução do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D023	Cópias.
1821/01/15	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra no valor de um conto de réis.	JOAJLOBATOP1D024	
1821/03/04 a 1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letras de Câmbio relativas à venda das Casas e Chácara do Catete.	JOAJLOBATOP1D025	Documentos numerados de 1 a 14.
1821/03/31	Rio de Janeiro	Pública forma	1-Ofício de Escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 1 de Setembro de 1808. 2-Ofício de Escrivão da Fazenda. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 23 de Dezembro de 1808. 3-Conselheiro de Capa e Espada do Conselho da Fazenda. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 7 de Maio de 1810. 4-Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 30 de Abril de 1810.	JOAJLOBATOP1D026	
1823/08/30	Lisboa	Apostila	Conselheiro de Capa e Espada do Concelho de Fazenda de Lisboa, em efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D027	
1823/09/02	Lisboa	Alvará	Pensão de duzentos mil réis anual do ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, da qual foi proprietário seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D028	
1824/02/26	Lisboa	Alvará	Aceitação da renúncia de Joaquim José ao ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e concessão da faculdade à sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, da pensão de duzentos mil réis, em sua vida, com sobrevivência no filho ou filha mais velha. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D029	
1824/05/24	Lisboa	Parecer	Parecer ao Conselho de Sua Majestade para se executar a Resolução Régia de 8 de Abril de 1823.	JOAJLOBATOP1D030	
1824/06/10	Portalegre	Certidão	Relação dos bens pertencentes à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP1D031	
1824/09/21	Portalegre	Parecer	Parecer favorável do Corregedor da Comarca de Portalegre da pretensão, expressa por Joaquim José, de lhe ser concedida por duas vidas a Alcaidaria-mor da Vila de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP1D032	Cópia. Inclui Mapa de Rendimentos da referida Alcaidaria-mor dos anos de 1806 a 1824

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do Ofício de Escrivão das Marcas da Alfândega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino, José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda.
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de Novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	Certidão passada pela Igreja Paroquial de S. Salvador em Lisboa.
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa…	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luís Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Morais Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do Reino.
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita, representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de Julho de 1826, e Provisão de 14 de Novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias António Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de Maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de Janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José António de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1831/05/02	Rio de Janeiro	Pública forma	Alvará do Príncipe Regente D. João, condecorando os empregos de Porteiro da Sua Câmara e de Guarda-joias com o título do seu Conselho. Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1808.	JOAJLOBATOP2D051	Alvará do Príncipe Regente D. João.
1831/08/30	Lisboa	Alvará	Ordenado de cento e vinte mil réis anuais pelo mantimento do Oficio de Porteiro da Real Câmara. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D052	
1832/07/23	Lisboa	Pública forma	1-Oficio vitalício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande do Açúcar. Mercê do Rei D. Miguel, por Carta Régia de 12 de Janeiro de 1829. 2-Auto de Posse do mesmo oficio em 15 de Maio de 1829. 3-Oficio de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José António de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê do Rei D. Miguel por Alvará de 18 de Abril de 1831. 4-Nomeação de José António de Sousa Lobato pelo seu pai, 2º Visconde de Magé, para servir com ele, por virtude do Alvará de 16 de Dezembro de 1748. 5-Auto de Posse em 21 de Maio de 1832.	JOAJLOBATOP2D053	
1832/09/27	Lisboa	Certidão	Conselho da Fazenda, ao Administrador Geral da Alfândega do Açúcar, ordenando-lhe suspender o exercício de Escrivão das Marcas ao 2º Visconde de Magé e a seu filho…..	JOAJLOBATOP2D054	Cópia de Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1832/11/22	Lisboa	Certidão	Relativa aos rendimentos auferidos por André Silvério Rosa admitido como serventuário das Marcas da Alfândega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D055	Certidão passada, a pedido do Visconde de Magé.
1833/08/21	Lisboa	Pública forma	Ordem do Príncipe Regente D. João para se preparar para acompanhar D. Pedro, o Príncipe da Beira na sua viagem para o Brasil assistindo-lhe no serviço de Porteiro da sua Real Câmara. Paço da Ajuda, 9 de Outubro de 1807.	JOAJLOBATOP2D056	Oficio de João de Barros e Carvalhosa, Visconde de Santarém.
1833/12/24	Ilha Terceira	Documento	Conta do ano de 1829 do trigo da Capela instituída por Vasco Lourenço na Ilha Terceira.	JOAJLOBATOP2D057	
1834	Castelo de Vide	Documento	Nota sobre as rendas de dois terrenos de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP2D058	
1834/09/10	Lisboa	Pública forma	Aviso ao 2º Visconde de Magé para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha, no oficio de Porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo oficio…Ordenado por D. João VI.	JOAJLOBATOP2D059	Aviso de 3 de Março de 1826 expedido pelo Mordomo-mor.
1834/10/14	Lisboa	Carta	Documento em que o 2º Visconde de Magé declara: " ...que nunca militára nem pegára em armas contra a Legitima cauza, da Augusta Rainha, a Senhora D. Maria 2…."	JOAJLOBATOP2D060	Anexo à carta estão declarações de três testemunhas.
1834/10/18	Lisboa	Carta	Documento em que o 2º Visconde de Magé solicita à Rainha a reposição dos rendimentos relativos aos seus oficios e funções que haviam sido suspensos….	JOAJLOBATOP2D061	
1835	Castelo de Vide	Requerimento	Vários requerimentos relativos à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP2D062	
1835/06/01	Lisboa	Pública forma	Foros de S. João de Rei, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato, em segunda vida. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria em nome do seu irmão D. Pedro. Lisboa, 28 de Julho de 1826.	JOAJLOBATOP2D063	Alvará de 28 de Julho de 1826.
1837 a 1839	Lisboa	Certidão	Termos de aceitação de herança. Herdeiros de Joaquim José de Sousa Lobato.	JOAJLOBATOP2D064	
1861/62	Ilha Terceira	Letra de Câmbio	Despesas do ano de 1861/62 - Letras que nesse ano se sacaram e que foram pagas.	JOAJLOBATOP2D065	
1868/07/14	Lisboa	Certidão	Certidão de Óbito de Joaquim José de Sousa Lobato que faleceu em16 de Abril de 1837.	JOAJLOBATOP2D066	
1872/01/11	Angra do Heroísmo	Pública forma	Desistência da administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque para possuir em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu falecimento. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP2D067	Alvará de 13 de Agosto de 1823.

José António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1818/02/13	Rio de Janeiro	Carta	Faculdade para que, José António possa usar livremente da Insignia da Comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na Comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho primogénito. No dia da coroação do Rei D. João VI, 27 de Fevereiro de 1818.	JOSELOBATOP1D001	Decreto do Rei D. João VI, de 6 de Fevereiro de 1818. Carta asaiinda por Tomás António de Vilanova Portugal.
1824/02/13	Lisboa	Aviso	Aviso para estar presente no Palácio da Ajuda no dia 16 desse mês, pelas 2 horas da tarde "(...) para em exercício do Vosso Foro [Moço Fidalgo] servir a Sua Majestade (...)", no acto solene de entrega da a Ordem de Santo André ao rei D. João VI e o príncipe D. Miguel, concedida pelo Imperador de todas as Rússias, que se dispôs a mostrar o seu regozijo perante o golpe que interrompeu o regime constitucional saído da revolução de 1820, preocupado como estava com o progresso das ideias liberais e republicanas. Insignias entregues pelo representante diplomático foi Alexei Grigorievich, filho do conde de Stroganoff.	JOSELOBATOP1D002	Aviso do mordomo-mor.
1821/03/30	Rio de Janeiro	Cópia	Certidão de batismo de José António de Sousa Lobato ocorrido em 22 de dezembro de 1822.	JOSELOBATOP1D003	
1832/12/15 a 1833/08/17	Lisboa	Documentos vários	Conta e quatro Guias de despacho e recibos passados por José António de Sousa Lobato na qualidade de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa.	JOSELOBATOP1D004	
1832/08/05 a 1833/12/27	Santarém	Ordens do dia	Ordens do dia do Paço de Santarém nº 136 de 13/12/1833 e nº 143 de 27/12/1833) e pequenos apontamentos.	JOSELOBATOP1D005	
	Lisboa	Certidão	Certidão que comprova que se alistou no Batalhão de Voluntários Reais de Milícias de Lisboa Ocidental (título da Praça nº 97 de 5 de agosto de 1832).		
1834/05/30	Castelo de Vide ?	Salvo-conduto	Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.	JOSELOBATOP1D006	Concedida pelo general José Ramón Rodil y Campillo.
1835/09/21	Rio de Janeiro	Carta	José António e Pedro Alcântara "ficam absolvidos de toda a culpa."	JOSELOBATOP1D007	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1852/07/15	Lisboa	Cópia	Sumário do processo matrimonial de José António com Rufina Carlota Pereira.	JOSELOBATOP1D008	
1854/06/10	Lisboa	Cópia	Cópia de requerimento a D. Maria II para aspirante de primeira classe da Alfândega Grande de Lisboa, não tendo meios para se sustentar e à sua família, alegando a experiência como serventuário de escrivão das Marcas da mesma Alfândega.	JOSELOBATOP1D009	
1870/07/04	Lisboa	Certidão	Escritura relativa a emissão de letras de câmbio, José António, na qualidade de procurador da sua mãe, Viscondesssa de Magé, e o negociante da Praça de Lisboa, Antonio Teixeira Brasil. 1 conto e seiscentos mil réis representados por oito letras de 200 mil réis cada uma, datadas de 1870/07/04 e com vencimentos, entre 31/12/1872 e 31/12/1879, inclusive, com consignação, para amortização, da colheita de trigo de 10 moios ou 7.920 litros, por todo o mês de agosto de cada ano.	JOSELOBATOP1D010	
1872/06/11	Angra do Heroísmo	Certidão	Certidão relativa a administração de prédios em Angra do Heroísmo.	JOSELOBATOP1D011	
1878/04/22	Lisboa	Requerimento	Solicita ao monarca a confirmação das sobrevivências em que sucedeu pelo falecimento de sua mãe, Viscondessa de Magé, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 17/12/1875, por renúncia de seu pai, José Joaquim de Sousa Lobato em sua mulher, com sobrevivência a favor do filho primogénito: Pensão de duzentos mil réis do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira.	JOSELOBATOP1D012	

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1834/01/08	Santarém	Declaração	Ferido no peito 10 de Outubro de 1833 e mais tarde acometido de uma febre gastro-intestinal.	PEDRLOBATOP1D001	Passada pelo Cirurgião-mor José Joaquim Pereira.
1834/03/05	Almeirim	Aviso	Ordem para servir como o ajudante de campo do General Lemos (impedido).Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D002	Assinada por Francisco Vasconcelos de Meneses.
1834/04/26	Évora	Guia	Fornecimento de ração. Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D003	Assinada pelo Comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.
1834/05/06	Évora	Guia	Competentes rações para Pedro Alcântara, promovido a Tenente.	PEDRLOBATOP1D004	Assinada pelo Comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.
1834/06/02	Lisboa	Intimação	Por pertencer ao exército do usurpador foi intimado para se apresentar ao Provedor do Distrito no espaço de 24 horas.	PEDRLOBATOP1D005	Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luís de Gouveia Pimenta.
1834/08/29	Lisboa	Aviso	Aviso para se apresentar no dia 31 de agosto de 1834 pelas 8 horas da manhã, no Convento de Jesus, caso contrário incorreria na pena do artigo nº 34 da Lei da mesma Guarda.	PEDRLOBATOP1D006	Intimação do capitão Moraes da GuardaNacional de Lisboa.
1835/09/02	Lisboa	Requerimento	Exposição de Pedro Alcântara por ter sido violentamente espancado…. E moralmente incapaz socilicita a escusa de continuar a servir no 15º Batalhão da Guarda Nacional.	PEDRLOBATOP1D007	Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luís de Gouveia Pimenta.
1835/09/21	Lisboa	Carta	José António e Pedro Alcântara "(…) ficam absolvidos de toda a culpa (…)"	PEDRLOBATOP1D008	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1835/09/22	Lisboa	Certidão	Em consequência do despacho da Câmara Municipal de Lisboa de 2 de setembro de 1835: "(…) vai escuso da Guarda Nacional por ser amnistiado de Évora Monte (…)". Praça no 15º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, em 24 de agosto de 1834.	PEDRLOBATOP1D009	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1835/10/06	Lisboa	Recibo	Pagamento de quotas da Guarda Nacional de Lisboa, 15º Bairro, 4º Distrito, 7ª Companhia.	PEDRLOBATOP1D010	
1861/04/26	Lisboa	Certidão	Casamento com Augusta Guilhermina Feo Guião em 15 de fevereiuro de 1854.	PEDRLOBATOP1D011	Cópia.
1891/09/26	Ribeira de Baixo de Barcarena	Apontamento	Terça parte de um Jazigo no cemitério Oriental, herdado de sua prima Ana José de Sousa Lobato (filha de Francisco Rufino de Sousa Lobato).	PEDRLOBATOP1D012	
	Várias localidades	Memória	Memória do destacamento da Torre Velha.	PEDRLOBATOP1D013	
	Lisboa	Cartas	Correspondência com a irmã Augusta Eduarda Sousa Lobato.	PEDRLOBATOP1D014	

Francisco José Rufino de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1806/10/30	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-mor e Comenda de Castro Marim. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D001	Cópias.
		Carta Régia	Quite de pagamento de três quartos (3/4) da referida Alcaidaria e Comenda.		
1831/05/17 1831/02/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Duas vidas do título de Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D002	Carta Régia do Príncipe Regente D. João
1826/01/09	Lisboa	Pública forma	Propriedade do terreno Mouchão de Esfola Vacas. Mercê de D. João VI. Lisboa, 23 de Outubro de 1823,	FRANLOBATOP1D003	Cópia por Boaventura Pedro de Carvalho Prostes, seu procurador.
			Auto de posse da referida propriedade, representado pelo seu procurador Boaventura Pedro de Carvalho Prostes. Cartaxo, 21 de Janeiro de 1824.		
1826/03/01	Lisboa	Decreto	Honras, prerrogativas e distinções que pertencem aos oficiais-mores da Casa Real. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria.	FRANLOBATOP1D004	Cópia de decreto. Assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Morais.